

Duas comissões se reúnem nesta terça, em Plenário, para ouvir os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, da Casa Civil, Dilma Rousseff, e da Fazenda, Guido Mantega. Na última semana, empresários consideraram plano insuficiente

## Três ministros detalham o PAC para os senadores

### MEIO AMBIENTE

DIVULGAÇÃO S.A. PAULISTA



Aterro sanitário em Nova Iguaçu: crédito de carbono foi vendido à Holanda por €\$ 13 milhões

### Mercado de carbono: como o Brasil pode lucrar

PÁGINA 11

Senado e Câmara aprovam projetos antiviolação

PÁGINA 3

DataSenado revela: 15% das mulheres sofrem abusos no lar

PÁGINA 9

Os ministros terão mais uma oportunidade de debater com os senadores detalhes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na semana passada, foram ouvidos representantes da indústria, que voltaram a pedir redução da carga tributária e dos gastos públicos. Senadores já discutem plano do governo para investimento em educação. Com previsão de aplicar R\$ 8 bilhões até 2010, proposta foi batizada de PAC da Educação.

PÁGINAS 14 E 15



JOSÉ CRUZ

Senadores da CAE se preparam para votar projetos e medidas provisórias que formam o Programa de Aceleração do Crescimento

### cidadania

#### Os regimes de bens são parte do casamento

A escolha do noivo ou da noiva é sucedida por uma segunda importante decisão: o regime de bens a ser adotado pelo casal. O mais comum, a comunhão parcial de bens vale se os noivos não definirem outro regime, o que deve ser feito por meio do chamado “pacto antenupcial”. Conheça os detalhes das quatro opções na legislação.

PÁGINA 20

### e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

Página 17





SEGURANÇA PÚBLICA Senado e Câmara dão andamento ao aperfeiçoamento das leis de combate à violência

# Mais cadeia para crimes hediondos

O Plenário do Senado aprovou o projeto que endurece o regime de progressão de pena para os condenados por prática de crimes hediondos (PLC 8/07). A matéria, que altera a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90), já fora acatada pela Câmara e vai à sanção.

O projeto determina que os condenados por crimes hediondos só terão direito à progressão penal após o cumprimento de dois quintos da pena em regime fechado. Outra inovação é que, em caso de condenação, o juiz decidirá se o réu poderá apelar em liberdade.

Atualmente, o preso já passa a ter direito à progressão de pena do regime fechado para formas mais brandas, como o semi-aberto, depois de cumprido um sexto da pena. Por exemplo: no caso de uma condenação a 30 anos de cadeia, na prática, passados cinco anos, o preso já pode pedir para deixar a prisão. Pelas regras do projeto, isso só será possível depois de 12 anos. E, se o preso for reincidente, ele só poderá pedir a progressão da pena de-

pois de passados três quintos do tempo de condenação, ou seja, no exemplo acima, 18 anos.

A proposição aprovada fixa ainda que, após a condenação, a pena por crime hediondo será cumprida em regime fechado. Sobre a prisão temporária, o projeto define que “terá o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extra e comprovada necessidade”.

## Decisão do STF criou “vácuo jurídico”

O projeto, apresentado pelo Executivo, foi uma reação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que, em fevereiro de 2006, considerou inconstitucional a parte da Lei de Crimes Hediondos que proibia progressão das penas, fiança, anistia ou direito de apelar em liberdade para os condenados por crime hediondo. Por 6 votos a 5, os juízes consideraram que a proibição era ofensiva à garantia constitucional de individualização da pena. A decisão do STF veio quase 16 anos de vigência da lei.

Para Demostenes (PFL-GO), a decisão do STF criou um “vácuo jurídico”, já que o Código Penal prevê tratamentos diferenciados aos condenados por crimes hediondos. Para adequar a lei, em vez de proibir a progressão da pena, o projeto aumentou o prazo para que seja feito o pedido.

– Na forma como está (depois da decisão do STF), todos passaram a cair na regra geral prevista no artigo 112 da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) – explicou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a aprovação dos projetos é um sinal claro de que a Casa está tomando decisões para combater a violência.



O relator Demostenes defende regra que reduz tempo mínimo para a progressão de pena

## Uso de celular por preso será considerado falta grave

O projeto que passa a considerar falta disciplinar grave a utilização de telefone celular ou rádio por presos foi aprovado na semana passada. A matéria vai à sanção presidencial.

A matéria altera parte da Lei de Execução Penal (7.210/84).

A proposta estabelece detenção, de três meses a um ano, para diretores de penitenciárias e agentes públicos que deixarem não impeçam que o preso tenha acesso a celulares. O parecer do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) senador Edison Lobão (PFL-MA), manteve, com pequenas modificações, o substitutivo da Câmara ao projeto original, do senador César Borges (PFL-BA), que agradeceu a aprovação da medida.

Lobão elogiou algumas alterações promovidas pela Câmara dos Deputados.

– Estamos definitivamente proibindo a presença de celulares e aparelhos de radiocomunicação nos presídios – disse Lobão.

Segundo Demostenes Torres (PFL-GO), a falta grave pode ser punida com isolamento e até

perda do direito de progressão da pena de regime fechado para regime semi-aberto.

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que o projeto “acaba com a farra de detentos que fazem da unidade prisional um escritório de negócios”. O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) avaliou que a aprovação é uma tentativa de corrigir um “problema central”. Magno Malta (PR-ES) elogiou a aprovação, mas disse que ela “veio tarde”.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também saudou a aprovação, mas disse que a “solução definitiva” só ocorrerá quando os presídios tiverem bloqueadores do sinal de celulares.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) é o relator, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de projeto que obriga a instalação de bloqueadores de celulares nos presídios brasileiros.

Mesmo favorável, Wellington Salgado (PMDB-MG), porém, acredita que o projeto não traz novidades, “pois todo mundo sabe que preso não pode usar telefone”.



Plenário do Senado na última quarta-feira: aprovação em urgência para aperfeiçoar a segurança pública

## Na pauta da CCJ, lei para crime organizado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota esta semana o projeto de lei que tipifica o crime organizado – que não é previsto na legislação. O anúncio foi feito pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), um dos sete integrantes do grupo de trabalho criado pela CCJ para apresentar sugestões de combate à violência.

A proposta abrange os delitos ligados a organizações criminosas, como tráfico de drogas, de pessoas e de órgãos; contrabando de armas, munições e explosivos; crimes contra a administração pública e o sistema financeiro; falsificação de medicamentos; crimes ambientais e culturais; e até delitos na área de informática.

A pena, fixada na proposição, para quem tomar parte, favorecer, integrar, ou constituir organizações criminosas, é de cinco a dez anos, com aumento da penalidade em um terço em relação a determinadas situações.

O grupo também definiu que nesta terça-feira a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), analisa o projeto que trata da

lavagem de dinheiro. A proposta aumenta a interação entre o Ministério Público, a Polícia Federal, o Banco Central e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) garantiu que a proposta de emenda à Constituição de sua autoria que institui o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade (PEC 5/07) vai a votação esta semana. A matéria conta com o apoio do relator, senador Demostenes Torres.

Pela proposta, os recursos do fundo, que não poderão ser inferiores a R\$ 3 bilhões por ano, serão destinados a ações preventivas e ao apoio, emergencial e permanente, às vítimas da violência e aos agentes públicos de combate à criminalidade. O fundo deve vigorar até 2020.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Ideli Salvatti (PT-SC) questionaram a vinculação

de parte da arrecadação do fundo ao IR, o que poderia diminuir a verba destinada aos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Ideli estranhou o fato de a PEC estar tramitando separadamente das demais propostas em análise pelo grupo da CCJ criado para aperfeiçoar a segurança pública.

Outros dois projetos de combate à violência devem ser votados esta semana. O primeiro obriga empresas de telefonia a bloquear os celulares nos presídios, a ser examinado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), e o segundo dá aos estados autonomia para organizar as suas polícias, a ser votado pela CCJ.

A CCJ também deve analisar o PLS 119/05, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que aumenta as penas a agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito quando estiverem envolvidas verbas destinadas à saúde e à educação.

### CAE analisa projeto para dificultar a lavagem de dinheiro

## Audiência por videoconferência é aprovada

A Câmara aprovou o projeto do Senado que torna o uso da videoconferência regra geral em interrogatórios e audiências das quais participe o juiz, o acusado preso e seu advogado (PLS 139/06). Atualmente, a prática para ouvir o acusado é transportá-lo até o fórum, devido à falta de segurança para o comparecimento do juiz ao presídio. Como foi modificado, o projeto retorna para nova análise do Senado.

A intenção do projeto é evitar o transporte do preso, oneroso e com risco de ações para libertar o acusado. Assim, o preso somente irá ao fórum se não houver condições de realização de videoconferência ou se não houver segurança para a ida do juiz ao presídio.

O Senado deve votar em breve o projeto que adia a aplicação da prescrição penal retroativa da data do crime para o momento em que for recebida a denúncia ou for dada queixa do crime. A proposta aprovada pelos deputados também amplia os prazos, alterando o Código Penal.

Atualmente, diversos criminosos, mesmo com sentença já proferida, acabam livres de cumprir penas pela demora dos processos, especialmente de crimes como estelionato e peculato, que têm penas pequenas e exigem perícias e análise de muitos documentos.

O projeto previa o fim da prescrição, mas o texto aprovado apenas o aumento dos prazos. A prescrição não é usada em nenhum outro país.

O projeto de lei que simplifica procedimentos do Tribunal do Júri também foi aprovado pela Câmara. A proposta (PL 4.203/01) do Executivo detalha regras para escolha de membros, instrução preliminar e formulação de perguntas aos jurados.

Pelo texto, a idade mínima para participar do júri passa de 21 para 18 anos e a previsão de multa para quem se recusar a participar sem justificativa sobe de um para dez salários mínimos.

A Câmara também aprovou a exclusão do Código do recurso conhecido como Protesto por Novo Júri, pelo qual a anulação de um julgamento poderia ser pedida exclusivamente em razão do tamanho da pena aplicada. (Com Agência Câmara)

## PLENÁRIO



José Agripino (C, com Arthur Virgílio) afirma que proposta devolve às agências sua concepção original

## Regulação das agências aprovada em 1º turno

O Plenário do Senado aprovou em primeiro turno de votação, por 52 votos a 2, a inclusão no texto constitucional de uma série de princípios que nortearão o funcionamento das agências reguladoras, complementando o artigo 174 da Constituição, que estabelece as funções de fiscalização e regulação do Estado. Entre os princípios fixados está o de que as agências terão autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira.

O texto da PEC 81/03 do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), com modificações aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e sugeridas pelo relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), se aprovado em segundo turno, ainda será submetido à apreciação da Câmara dos Deputados.

As agências reguladoras obedecerão os princípios de proteção do interesse público, defesa da concorrência e do direito ao consumidor, universalização, continuidade e qualidade dos serviços, entre outros. Questões como o controle externo e a supervisão

das agências pelo Poder Executivo serão resolvidas em lei ordinária a ser aprovada.

“Senado contribui com a segurança jurídica”

O presidente Renan Calheiros, o relator Demostenes e outros oito senadores falaram sobre a importância das medidas para fortalecer as agências reguladoras. Demostenes opinou que o projeto garante tranquilidade para que investidores estrangeiros e nacionais invistam no país. Renan disse que a votação demonstra o compromisso que o Senado tem com a segurança jurídica e a estabilidade das instituições.

A proposta, destacou Inácio Arruda (PCdoB-CE), “tira da frente esse espantinho da instabilidade que tanto gera discussão em torno dos marcos regulatórios”. Renato Casagrande (PSB-ES) entende que o texto possibilita estabilidade maior na prestação do serviço das agências. Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou que a proposta inova ao permitir a regulação de setores onde a concorrência é forte, apesar de não serem de delegação do

poder público, como a vigilância sanitária, a saúde e o cinema.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que a proposição é boa para a nação, para a economia e para o atual e futuros governos, já que oferece meios para que as agências reguladoras cumpram o seu papel. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que o texto constitucionaliza garantias fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Por sua vez, Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou do governo a presença de mais senadores da base de apoio para votar a matéria. O senador José Agripino (PFL-RN) declarou que a proposta permite que as agências reguladoras retomem sua concepção original. Marco Maciel (PFL-PE) lamentou que o governo Lula tenha desprestigiado as agências reguladoras.

– Muitas das agências tiveram seu funcionamento prejudicado por falta de diretores, o que provocou, muitas vezes, a falta de quórum para deliberar, outras com a falta de recursos, em virtude do contingenciamento de verbas federais – opinou Maciel.

### Brigadeiro William Barros é novo ministro do STM

O Senado acolheu, por 46 votos favoráveis e 4 contrários, a indicação presidencial do nome do tenente-brigadeiro-do-ar William de Oliveira Barros para ministro do Superior Tribunal Militar (STM), em decorrência da aposentadoria do também tenente-brigadeiro-do-ar Marcus Herndl. A decisão do Senado será comunicada à Presidência da República e ao STM, para empossá-lo.

A CCJ já havia aprovado por unanimidade a indicação depois de sabatinar o brigadeiro. O último posto ocupado pelo oficial foi o de comandante-geral de Operações Aéreas, em Brasília.

– Comando 45% do efetivo da Força Aérea Brasileira. São 35 mil homens e mulheres e 350 aeronaves para cumprir missões – informou Barros na CCJ.

O militar exerceu ainda a chefia do Centro de Comunicação Social e a direção de vários centros de ensino da Aeronáutica, como a Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Nascido em Natal, William de Oliveira Barros é formado em Administração de Empresas e concluiu os cursos de Formação de Oficiais Aviadores, na Academia da Força Aérea Brasileira; o de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica; e o de Política e Estratégia Aeroespaciais. Está entre os nove oficiais gerais de último posto na ativa hoje, no Brasil.

### Sardenberg vai dirigir conselho da Anatel

Com 30 votos favoráveis e 18 contrários, a mensagem presidencial indicando Ronaldo Sardenberg para o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) foi aprovada pelo Plenário do Senado.

Sardenberg é o embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e ex-ministro da Ciência e Tecnologia no governo Fernando Henrique Cardoso. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), manifestou estranheza diante dos 18 votos contrários ao nome de Sardenberg, uma vez que a indicação foi feita pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, fato que julgou digno de elogio. Ele assinalou a competência de Sardenberg e lembrou que o embaixador foi chefe da antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo FHC, sendo, em sua opinião, a pessoa certa para “dar um jeito na Anatel”.

Arthur Virgílio recebeu apoio do líder do PFL, senador José Agripino (RN) e do vice-líder do governo, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).



Ronaldo Sardenberg

## Presidente virá falar ao Congresso todos os anos

Proposta de Emenda à Constituição (PEC 64/99) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que torna obrigatória a presença do presidente da República na abertura de cada sessão legislativa – o início dos trabalhos do Congresso Nacional –, foi aprovada pelo Plenário na semana passada.

O projeto, agora, será enviado à Câmara dos Deputados para apreciação.

– Será muito positivo que o próprio presidente venha ao Congresso para ser ouvido, no

início de cada ano, e que tenha, nessa ocasião, uma interação olho no olho com os parlamentares – argumentou Suplicy.

A PEC altera o inciso XI do artigo 84 da Constituição federal, estabelecendo que o presidente da República deve “comparecer ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa para apresentar mensagem e plano de governo, expondo a situação do país e suas metas para o cumprimento do disposto no artigo 3º desta Constituição”.

## Prazo maior para pesquisa em eficiência energética

Em turno único, o Senado aprovou o projeto de lei da Câmara segundo o qual o prazo de vigência de aplicação do percentual de 0,50% da receita líquida anual das distribuidoras de energia elétrica em programas de eficiência energética vai até 31 de dezembro de 2010 (PLC 111/06). A proposta, que seguirá para sanção presidencial, é da deputada Maria Lúcia Cardoso (PMDB-MG) e foi relatada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O projeto altera a Lei 9.991/00,

que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética.

Desde janeiro de 2006, para as concessionárias e permissionárias cuja energia vendida é inferior a 1.000 GWh (gigawatts por hora) por ano, o percentual mínimo aplicado em programas de eficiência energética pode ser ampliado de 0,25% para até 0,50%. Com a aprovação do PLC 111/06, tais percentuais só poderão ser aplicados pelas empresas a partir de 1º de janeiro de 2011.

## Senado aprova crédito de R\$ 9 bilhões, já gastos

Com os votos contrários das bancadas do PFL e do PSDB, o Plenário aprovou medida provisória (MP 332/06) que abriu crédito extraordinário de R\$ 9,7 bilhões em favor de três ministérios – Previdência Social, Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Cerca de R\$ 7 bilhões foram usados pela Previdência Social no pagamento de benefícios em dezembro de 2006; o abono salarial e o seguro-desemprego do mesmo mês foram garantidos com R\$ 1,7 bilhão; e os outros R\$ 836 milhões serviram para custear benefícios de assistência social a idosos e portadores de deficiência.

Os líderes do PFL, José Agripino (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM), reclamaram do fato de o Congresso ser obrigado a aprovar a liberação de

recursos que já foram gastos pelo governo federal. A MP vai agora à promulgação.

– Protesto pelo procedimento de tramitação. O dinheiro já foi gasto e a MP chegou aqui na última hora – disse Agripino.

Para Arthur Virgílio, além de demonstrar desrespeito ao Congresso, a MP “revela a incapacidade do governo de planejar”.

– É indefensável uma MP de R\$ 9 bilhões. Onde está a capacidade gerencial do governo? – indagou Arthur Virgílio.

Apesar de o PTB votar a favor da MP 332/06, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou seu voto contrário. Em seguida, o senador Mão Santa (PMDB-PI) declarou ser uma lástima ver o Senado “como consentidor” de um dinheiro que já foi gasto.

## Socorro para enchentes autorizado

Uma medida provisória (MP) liberando R\$ 70 milhões em favor de Operações Especiais do Ministério da Integração Nacional foi aprovada pelo Plenário do Senado. Como a medida (331/06) havia sido editada em 2006 e as MPs têm efeito imediato, os recursos do chamado “crédito extraordinário” (ou seja, dinheiro não previsto na dotação orçamentária inicial) já foram

gastos em ações de socorro e assistência a pessoas atingidas por desastres naturais, além de recuperação de danos.

Como na votação anterior, os líderes partidários José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) votaram contra, criticando a postura do governo federal de enviar o pedido de crédito extraordinário por meio de medida provisória.

RELAÇÕES EXTERIORES Dirigente discute com Renan Calheiros e Arlindo Chinaglia reformas em curso no mundo

FABIO POZZEBOM/ABR



Chinaglia (E) e Renan (D) se despedem do presidente alemão Horst Köhler, que visitou o Congresso

# Köhler debate reformas com Renan e Chinaglia

As reformas políticas em curso no mundo, para adequar a realidade de cada Estado ao impacto da globalização, foram um dos temas discutidos, na quinta-feira, pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, com o presidente da Alemanha, Horst Köhler. Participaram da reunião deputados e senadores das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas Casas.

– Ficaram claras nossas convergências, sobretudo a necessidade de estabelecermos com a União Européia, hoje presidida pela Alemanha, um aprofundamento de relações. Conversamos sobre as mudanças políticas que os parlamentos do mundo precisam fazer – disse Renan.

Ao longo da conversa, o presidente do Senado mencionou sua proposta de emenda à Constituição destinada a impedir o governo de editar medida provisória capaz de alterar contratos. Ele frisou que a iniciativa objetiva dar mais segurança jurídica a quem investe no Brasil, reduzindo a incerteza do investidor.

Renan ressaltou a Köhler que sua visita cresce em importância na medida em que o Brasil está às vésperas de estabelecer um diálogo de alto nível com a União Européia, com vistas à criação de uma parceria estratégica. O senador disse que o Brasil precisa de investimentos em infra-estrutura e que, politicamente, a visita de Köhler acontece em um momento especial.

O presidente alemão observou que a Europa acompanha com atenção o desenvolvimento brasileiro e defendeu o entendimento de que o crescimento econômico contemple sempre vastas camadas da população.

– Nós sabemos que o Brasil realiza reformas estruturais. A Alemanha e a Europa também precisam de reformas estruturais, a fim de estarem preparadas para o mundo da globalização.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) pediu maior cooperação entre o Brasil e a Alemanha na defesa do meio ambiente. Em resposta, Köhler afirmou que a defesa do meio ambiente é um “tema central” do governo da primeira-ministra Angela Merkel.

**Köhler defendeu crescimento que contemple vastas camadas da população**

## Presidente é o chefe de Estado alemão

O cargo ocupado pelo presidente alemão Horst Köhler é simbólico, assim como simbólica pode ser interpretada a sua presença no Brasil no momento em que a Alemanha ocupa a presidência da União Européia e que o Velho Continente se prepara para comemorar os 50 anos de seu processo de integração política e econômica.

O presidente é o chefe de Estado da República Federal da Alemanha. Ele é eleito para um mandato de cinco anos pela Assembléia Nacional, um órgão constitucional que se reúne exclusivamente para essa finalidade e é composto de deputados federais e de delegados das assembleias

legislativas. É ele quem indica ao Parlamento alemão um candidato ao cargo de chanceler federal (primeiro-ministro) – atualmente ocupado por Angela Merkel.

Em nome da Federação alemã, o presidente celebra tratados e acordos com outros países. É o representante simbólico de uma nação de 82,5 milhões de habitantes que se reunificou em 1990 e está no coração do processo de integração da Europa – faz fronteira com nada menos que oito países. Neste primeiro semestre de 2007, comanda uma União Européia que consolida a expansão ao Leste e celebra meio século do início do processo de integração continental.

Ao apresentar seus planos para a presidência do bloco no Parlamento Europeu, em janeiro, a primeira-ministra Angela Merkel ressaltou seu compromisso com a aprovação de uma Constituição Européia, um documento político que pretende ser a base de uma nova etapa do processo de integração.

Entre as principais metas de política externa anunciadas pela chanceler, nenhuma referência específica ao Brasil ou à América Latina. Defendeu uma sólida aliança entre a Europa e os Estados Unidos, uma aproximação com a Rússia e a reativação do processo de paz no Oriente Médio.

## País é o maior parceiro comercial do Brasil na União Européia

A Alemanha é o principal parceiro comercial brasileiro na Europa e o Brasil é o maior mercado para as exportações alemãs na América do Sul, o que confere um caráter especial à visita. Em 2006, o comércio entre os dois países atingiu US\$ 12 bilhões. De acordo com o Itamaraty, a Alemanha ocupa hoje a sexta posição em termos de estoque de investimentos diretos no Brasil, com mais de US\$ 9 bilhões. E mais: as 1.200 empresas alemãs estabelecidas no Brasil são responsáveis pela geração de cerca

de 8% do PIB brasileiro.

Na qualidade de presidente da Alemanha, Horst Köhler é patrono da Deutsche Welt Hunger Hilfe, uma das maiores organizações não-governamentais alemãs de ajuda humanitária e promoção do desenvolvimento. No momento em que Köhler visitava o Congresso, sua esposa, a professora Eva Luise Köhler, estava visitando o Centro de Prevenção à Aids, do Ministério da Saúde, e a Casa de Apoio, instituição de reintegração sociofamiliar situada na Ceilândia.

## Raupp e presidente da CMO visitarão Alemanha

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator-geral da proposta orçamentária para 2007, e o presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG), farão uma visita ao Parlamento alemão ainda neste primeiro semestre. A viagem foi acertada durante a visita do presidente alemão Horst Köhler ao Congresso Nacional.

O objetivo da viagem, explicou Raupp à Agência Senado, é conhecer o processo de elaboração, acompanhamento e fiscalização

da lei orçamentária daquele país. Segundo o senador, a visita deverá ocorrer em junho, após acertos das agendas dos parlamentares.

Na quinta, o deputado Herbert Frankenhauser, representante da Comissão de Orçamento do Parlamento alemão, e o ministro-conselheiro da Embaixada alemã no Brasil, Bernhard Graf Von Waldersee, aproveitaram para conhecer o processo de elaboração do Orçamento em um país presidencialista como o Brasil, já que a Alemanha adota o sistema parlamentarista de governo.

Na opinião de Raupp, o encontro serviu para a troca de informações sobre questões relativas ao tamanho e à forma de elaboração da proposta orçamentária, aos procedimentos de fiscalização e à participação do Tribunal de Contas da União (TCU) nesse processo.

As autoridades alemãs mostraram-se bastante interessadas na discussão da Lei de Responsabilidade Fiscal, criada com o objetivo de controlar o endividamento e os gastos públicos, segundo Raupp.

## Aprovada isenção de vistos com Portugal

Serão isentos de visto os cidadãos brasileiros e portugueses que permanecerem por até 90 dias em Portugal ou no Brasil, respectivamente, com objetivos artísticos, culturais, científicos, empresariais, acadêmicos, jornalísticos, desportivos ou turísticos. A medida consta do Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado há quatro anos em Lisboa, que recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O Projeto de Decreto Legisla-

tivo 503/06, que aprova o texto do acordo, teve como relator o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Ele considerou a iniciativa “um avanço” no relacionamento bilateral e lembrou a forte relação entre Pernambuco, o estado que representa, e Portugal.

Também receberam parecer favorável da comissão os projetos de Decreto Legislativo 502/06 e 504/06, que aprovam os textos da Convenção 178 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre as

condições de trabalho de trabalhadores marítimos, e de acordo celebrado entre o Brasil e a Croácia a respeito de cooperação no campo da veterinária. Os relatores foram, respectivamente, os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

A CRE aprovou ainda parecer favorável à Mensagem 31/07, que contém a indicação para o cargo de embaixador na Costa Rica do ministro de primeira classe Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares.



Diplomata Hildebrando Valadares ao lado de Heráclito (D): seu nome para embaixador na Costa Rica foi aprovado pela CRE

J. FREITAS

## COMISSÕES

# Cade pode assumir a fiscalização dos bancos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou voto favorável do relator ao projeto (PLS 412/03-Complementar) que retira do Banco Central (BC) a atribuição de regular a concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). De acordo com o projeto, a função de prevenir e reprimir abusos de poder econômico praticados por bancos e outras instituições financeiras passa ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça já incumbida de regular a concorrência nos demais setores da economia.

Na reunião, os senadores também acolheram requerimento do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) para que a matéria seja examinada com urgência em Plenário. A proposta já havia recebido parecer favorável na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto é do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O voto favorável examinado na CAE

foi elaborado pela relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), com emenda que autoriza o Cade a firmar termo de compromisso com as instituições que venham a ser julgadas por abusos, o que poderá definir a suspensão do processo. Nesse termo, serão especificadas as obrigações que o banco deverá assumir para acabar com a prática denunciada e cessar seus efeitos lesivos.

O autor sustenta, no texto do projeto, que há descontentamento na sociedade com a insuficiência de medidas, por parte do BC, para sanar os problemas causados pela falta de concorrência no setor. Argumenta que os bancos brasileiros apresentam baixa eficiência e são pouco competitivos. Na prática, afirma, as instituições funcionam como um oligopólio, em que poucas instituições controlam o mercado.

Para Antonio Carlos, as distor-

ções no funcionamento do setor resultam em crescente elevação das tarifas, dos juros e dos spreads (diferença entre o que é pago aos aplicadores e o custo cobrado aos tomadores de recursos). Como efeito final, afirma o sena-

dor, ocorre um “desmesurado aumento” da lucratividade do setor, segundo ele comparável aos ganhos obtidos em “atividades econômicas não-legais”.

Para viabilizar as medidas propostas,

o projeto introduz modificações na Lei 4.595, de 1964, que regula a política monetária. O texto também estende as atribuições de defesa da concorrência no setor financeiro para a Secretaria de Direito Econômico (SDE), também no Ministério da Justiça, e para a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SAE), esta vinculada ao Ministério da Fazenda. Ao lado do Cade, esses dois órgãos formam a base do sistema brasileiro de defesa econômica.

**Bancos são ineficientes e formam um oligopólio, diz Antonio Carlos**

## Para ACM, papel do BC é o de gerir política

Antonio Carlos Magalhães explicou que ele não se colocou contra o Banco Central ao propor a transferência da fiscalização para o Cade. O senador salienta que o texto do PLS 412/03 visaria apenas conferir maior efetividade à livre concorrência nesse mercado.

Para ele, prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica praticadas por empresas financeiras não é função adequada ao BC, pois, em sua opinião, o foco da instituição deve estar voltado para a gestão da política monetária (controle da oferta da moeda, via juros ou depósitos compulsórios, para estabilizar os preços na economia).

Na avaliação do senador, a retirada de “atribuições estranhas” ao exercício do poder de autoridade monetária poderá inclusive contribuir para ajustar o BC à introdução do novo modelo institucional que prevê sua autonomia operacional.

Nesse modelo, os diretores do Banco Central teriam mandatos fixos, não ficando sujeitos a demissão. A autonomia do BC tem sido objeto de debates frequentes, com repercussão política e mobilização de apoio e críticas no Congresso Nacional.

## Senadores elogiam apoio à concorrência

Durante o debate da proposta na CAE, vários senadores manifestaram apoio ao projeto, como forma de ampliar a eficiência no setor. Marcelo Crivella (PRB-RJ) aproveitou para criticar o alto grau de concentração das atividades econômicas no país, segundo ele característica que acompanha o Brasil “desde as capitânicas hereditárias”.

– Sou favorável a toda medida que fortaleça e aumente a concorrência – enfatizou.

Para o senador Renato Casagrande (PSB-ES), o Cade tem de fato maior cultura para a função de regular mercados, o que se aplicaria também ao setor financeiro. Marconi Perillo também destacou o mérito da proposta, na sua opinião ainda mais aprimorado com a emenda da relatora Serys Slhessarenko.

Romeu Tuma (PFL-SP), após elogiar o projeto, aproveitou para criticar o Cade pela demora no exame de processos sob seu exame. Citou, como exemplo, a proposta de compra da fábrica da Garoto, no Espírito do Santos, pela Nestlé. A decisão do Cade, para a anulação da operação, foi revista depois de ação judicial.

– O projeto vem em boa hora, mas não adianta nada o Cade ficar anos para julgar os casos. Para a sociedade, é um prejuízo enorme – disse.

## Aprovada programação monetária trimestral

A CAE aprovou parecer favorável à mensagem encaminhada pelo Executivo que trata da programação monetária para o primeiro trimestre deste ano. O relator da matéria foi o senador Delcídio Amaral (PT-MS). Sob a presidência do senador Eliseu Resende (PFL-MG), vice-presidente da comissão, a votação do parecer à mensagem ocorreu com a presença de dois técnicos do Banco Central. A medida foi requerida pelos senadores da CAE, para atender a eventuais dúvidas sobre algum item da mensagem. A matéria será encaminhada para votação no

Plenário.

De acordo com relatório do Banco Central, que acompanha a mensagem do Executivo, registram-se reduções das projeções de crescimento da economia para este ano. Mesmo assim, as expectativas são de taxas de inflação reduzidas e de diminuição também nas taxas de juros, com “razoável dinamismo do comércio exterior”. O Banco Central prevê ainda preços elevados nas commodities.

Ao analisar o cenário de 2006, o Banco Central concluiu que houve expansão das vendas

no comércio da ordem de 6% no terceiro trimestre tanto com relação ao mesmo período de 2005 como em relação ao trimestre anterior, em termos atualizados. Houve também ampliação dos investimentos, evidenciando o desempenho favorável da construção civil e o volume crescente das importações de bens de capital.

As condições do mercado de trabalho nesse mesmo período, conforme o BC, permanecem positivas, registrando-se crescimento da ocupação e da massa salarial, bem como da formalização do emprego.



Serys Slhessarenko, relatora da matéria, acrescentou emenda para facilitar acordos que ponham fim às irregularidades



Defensor do projeto, Marconi Perillo pede urgência na votação em Plenário



Antonio Carlos observa que papel do Banco Central é gerir política monetária do país

## CAE deve votar nesta semana projeto sobre os precatórios

A CAE adiou para esta terça-feira a votação do projeto de lei complementar do senador Almeida Lima (PMDB-SE) que dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais. O relator, Edison Lobão (PFL-MA), apresentou parecer favorável, mas pediu o adiamento da votação para examinar a possibilidade de apensar a matéria a outras duas que tratam do mesmo assunto. Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Romeu Tuma (PFL-SP) apoiaram a proposta.

Segundo Lobão, o projeto (PLS 43/04) cria mecanismo para a liquidação das dívidas relacionadas a precatórios.

– O maior mérito do projeto está no fato de ele corrigir uma situação de injustiça. Não é admissível que, num país democrático como o nosso, os precatórios, que são direitos a créditos reconhecidos por tribunais, continuem sendo desrespeitados – afirmou Lobão.

A proposta, que ainda será submetida à votação do Plenário, permite às Fazendas federal, estaduais e municipais a emissão de certificados nominativos atestando a certeza, a exigibilidade e a liquidez dos créditos oriundos de precatórios, a pedido dos titulares dos respectivos créditos.

Esses titulares poderão utilizar os créditos mediante endosso nominal, na aquisição de bens imóveis novos, de bens destinados ao ativo fixo, no caso de empresas, e de instrumentos de trabalho, se forem trabalhadores autônomos. O projeto define como imóvel novo o que tem até 180 dias de habite-se.

A proposição determina também que os detentores de certificados, titulares ou endossatários poderão utilizá-los pelo seu valor de face para, até o limite de suas dívidas, compensar débitos nas respectivas Fazendas públicas ou pagar dívidas junto a instituições oficiais de crédito.



Para Lobão, não é admissível que os precatórios, que são direitos a crédito reconhecidos, ainda sejam desrespeitados

## COMISSÕES

## Atenção ao idoso ganha um novo instrumento

Os defensores públicos também poderão referendar transações relativas à prestação de alimentos aos idosos, de acordo com projeto de lei (PLS 112/04) do senador César Borges (PFL-BA) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto vai agora para a Câmara dos Deputados, caso não haja pedido para ser votado pelo Plenário.

Atualmente, conforme determina o Estatuto do Idoso, apenas os promotores de Justiça têm a função de referendar as transações que versam sobre alimentos aos idosos. Para César Borges, o projeto, caso se transforme em lei, irá beneficiar milhares de pessoas, além de reduzir o número de procedimentos apreciados pelas promotorias de Justiça.

## Cinco novas audiências públicas são aprovadas

A CAS também aprovou na semana passada requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) para a realização de audiência pública para debater a onda de demissões, considerada por ele como “arbitrária”, de dirigentes sindicais e de membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Cipas). Deverão ser convidados para a reunião, em data ainda a ser marcada, representantes do Ministério Público, do Ministério do Trabalho e dos trabalhadores.

### Combate ao câncer de mama será reavaliado

Foi acolhido outro requerimento, das senadoras Kátia Abreu (PFL-TO) e de Rosalba Ciarlini (PFL-RN), solicitando audiência pública para discutir os programas de prevenção e combate ao câncer de mama nas unidades de saúde pública do país.

Outro requerimento aprovado, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), determina a realização de audiência pública, a ser promovida pela Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência da CAS, para discutir a contratação de técnicos e engenheiros chineses para a implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), no estado do Rio de Janeiro.

Os membros do colegiado decidiram ainda realizar audiência pública para aprofundar o exame do projeto (PLS 267/05) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), em tramitação na CAS, que institui gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados celetistas que tenham remuneração mensal igual ou inferior ao teto máximo do salário-família – R\$ 654,67.

### Síndrome de Down

Os membros da CAS acatarem ainda, por unanimidade, voto de aplauso à TV Globo pela exibição da novela Páginas da vida que retratou a Síndrome de Down (SD), forma mais freqüente de retardo mental causada por uma aberração cromossômica. Serão convidados para participar da reunião – a data ainda será agendada – diretores e os principais atores da novela.

A CAS também aprovou requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) solicitando realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que já acatou a proposta, para discutir a Síndrome de Down, em virtude da grande repercussão da novela levada ao ar pela TV Globo. A reunião foi agendada para o próximo dia 21.

## Comissão aprova três novos feriados nacionais

A terça-feira de carnaval, a sexta-feira da Paixão e a quinta-feira de Corpus Christi serão incluídos entre os feriados nacionais, segundo o Projeto de Lei do Senado 157/06, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE). O projeto altera a Lei 662, de 1949, que regulamenta os feriados nacionais.

Em seu voto favorável, o relator Marco Maciel (PFL-PE) considerou a inclusão dos novos feriados como uma “exigência das relações trabalhistas”, em particular no setor privado. Com a aprovação do projeto, observou o senador, será legitimada a concessão de direitos trabalhistas referentes a esses feriados,

seja em relação à paralisação de atividades ou à remuneração extraordinária dos empregados que vierem a trabalhar nessas datas.

A comissão decidiu ainda realizar três audiências públicas. A primeira para discutir com o ministro Fernando Haddad o novo plano de desenvolvimento da educação, apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 5. A iniciativa é do senador Renato Casagrande (PSB-ES).

A segunda audiência, proposta pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB), será dedicada ao debate do Projeto de Lei do Senado 284/06, de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que trata do planejamento



Cartaz de campanha e Tião Viana, autor do projeto: reparação de uma injustiça histórica



## Vítimas de hanseníase podem ter benefício

Em decisão terminativa, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de lei (PLS 206/06) do senador Tião Viana (PT-AC) que concede pensão vitalícia, no valor de R\$ 700 mensais, a cerca de três mil pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento ou internação compulsórios em leprosários ou em hospitais-colônias. O projeto segue agora para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja pedido para ser apreciado pelo Plenário.

Antes da CAS, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) já haviam aprovado o projeto. Na CCJ, teve o parecer favorável do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Na CAE, do senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL).

A partir do primeiro governo Getúlio Vargas, na década de 30, o isolamento compulsório de portadores de hanseníase ocorreu em massa, com os pacientes “caçados e laçados como animais”. A maior parte era jovem, separados de forma definitiva de suas famílias.

O isolamento começou a ser extinto no Brasil a partir de 1962, mas, dos 101 hospitais-colônias que existiam até então, cerca de 33 ainda continuam parcialmente

ativos.

Para Tião Viana, médico infectologista, a pensão para portador de hanseníase que ficou isolado “é justa” e vem corrigir uma distorção, já que algumas dessas pessoas ainda vivem em hospitais, que foram só parcialmente desativados, e atualmente não têm para onde ir.

Tião Viana assinou que a doença, hoje com possibilidade de cura total, está em queda no Brasil, mas ainda é preciso reforçar as ações para assegurar sua erradicação definitiva – o país ainda lidera o número de ocorrências em toda a América Latina, com cerca de 40 mil casos por ano.

O debate da matéria ocorreu em clima de comoção em todas as comissões, com muitos senadores pedindo a palavra para destacar o valor humanitário da iniciativa

– O projeto pode trazer mais alívio para essas pessoas, que merecem nosso respeito, consideração e apoio para que voltem a ter vida social normal – disse Marcelo Crivella (PRB-PJ).

– Como são poucas as pessoas atingidas pela hanseníase que sobreviveram a essa situação,

sem paralelo na história humana, o gesto decorrente da aprovação desse projeto é irrisório – frisou.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) observou que a proposta é um “resgate de dívida que a nação brasileira tem com esses irmãos”. Romeu Tuma (PFL-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Sibá Machado (PT-AC) e Papaléo Paes (PSDB-AP) também elogiaram a iniciativa.

– Essa é uma reparação mínima devida pela sociedade – afirmou.

Fernando Collor ressaltou que as informações constantes do projeto merecem “pensar e constrangimento” e a concessão do auxílio para os que viveram ou ainda vivem nas colônias é uma medida “justa e viável”.

– É triste saber que, em nome da ciência, da saúde pública e do preconceito, nossa sociedade exilava as pessoas com hanseníase – enfatizou.

Na mesma reunião, a CAS aprovou ainda projeto da Câmara (PLC 01/06) que introduz na Lei 9.656/98, que trata sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, a obrigatoriedade de cobertura ao planejamento familiar.

**Brasil ainda lidera o número de casos de hanseníase no continente**



Maciel: necessidade de aprovação como “exigência das relações trabalhistas”

familiar e reduz a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica.

A terceira audiência, da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), destina-se ao debate do Projeto de Lei 281/05, de sua autoria, que permite a prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.

## CDR se opõe a vetos na recriação da Sudene e da Sudam

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) apresentará projeto de lei, proposto pela sua presidente Lúcia Vânia (PSDB-GO) e pelo senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que restabelece os dispositivos das leis de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além de Lúcia Vânia e Garibaldi Alves, os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Cícero Lucena (PSDB-PB) manifestaram desacordo com os vetos.

## Cristovam conhece projeto de ensino de ética para jovens

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), conheceu na última semana o projeto Responsabilidade Social Corporativa na Escola, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios, uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), com sede em Campinas (SP).

De acordo com o diretor-presidente do instituto, Douglas Linares Flinto, que visitou o Senado, o principal objetivo do RSC na Escola é levar para dentro das salas de aula do ensino fundamental e médio conceitos fundamentais como ética, cidadania e responsabilidades social e ambiental.

DIA DA MULHER Cinco mulheres receberam o prêmio que leva o nome da maior líder dos direitos políticos no país



As premiadas Beatriz (E), Moema, Ivana, Sueli e Maria: solenidade reuniu mulheres de vários países

## Senado entrega prêmio e presta homenagem

O Senado realizou, na quarta-feira, sessão especial para comemorar o Dia Internacional da Mulher – celebrado em 8 de março –, ocasião em que foram entregues o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco mulheres que se destacaram na luta pelos direitos femininos e em defesa da cidadania. As premiadas, escolhidas entre 50 candidatas, foram: Ivana Farina Navarrete Pena, Maria Yvone Loureiro Ribeiro, Moema Libera Viezzer, Sueli Batista dos Santos e Beatriz Moreira Costa.

A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que convidou para compor a Mesa a embaixadora da Nicarágua, Suyapa Indiana, representando as embaixadoras presentes ao evento; Aparecida Gonçalves,

representando a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; e a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), que coordenou os trabalhos e anunciou as premiadas com o Bertha-Lutz. Também participou da sessão, entre outras autoridades, o deputado Clodovil Hernande (PTC-SP).

Depois do Hino Nacional, Serys anunciou as agraciadas pelo Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Ivana Farina Navarrete Pena recebeu das senadoras Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Marisa Serrano (PSDB-MS) a placa comemorativa e o diploma, respectivamente. Maria Yvone Loureiro Ribeiro ganhou a placa da embaixadora da Nicarágua e o diploma da ex-senadora Heloísa Helena,

enquanto Moema Libera Viezzer recebeu o diploma e a placa dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Ideli Salvatti (PT-SC). Por último, Sueli Batista dos Santos e Beatriz Moreira Costa foram agraciadas com a placa e o diploma, respectivamente, pela embaixadora da África do Sul, Lindiwe Zulu, e pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), e pelo senador Papaleo Paes (PSDB-AP) e por Mariza Gomes, mulher do vice-presidente José Alencar.

Houve salva de palmas e uma chuva de pétalas de rosas no Plenário. O Coral do Senado também fez apresentação.

– Neste momento, desejamos que todas as mulheres brasileiras se sintam homenageadas na pessoa dessas cinco mulheres – enfatizou Serys.

### Fátima Cleide vê desigualdades no trabalho

Na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) propôs uma reflexão coletiva sobre a desigualdade entre os sexos. Para ela, a mulher continua distante dos homens em direitos e participação social, além de ser a principal vítima da violência doméstica. Essa situação se evidencia profissionalmente, com menor oferta de emprego, menores salários e chances de participação em postos de comando para a mulher. Ainda assim, Fátima reconhece que há avanços no aperfeiçoamento de leis e políticas públicas voltadas para o sexo feminino no país.

A senadora parabenizou a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) pela iniciativa de realizar audiência pública sobre violência contra a mulher, que se manifesta não só pela agressão física, mas pela redução da mulher a objeto sexual. Ela saudou ainda as brasileiras que se dedicam à educação.

### Marconi quer ampliar participação

Marconi Perillo (PSDB-GO) disse que a presença das mulheres no mercado de trabalho saltou de 26% para 70%, mas lamentou que a força feminina não corresponde à participação no mercado formal, com carteira assinada. Para ele, o Congresso pode modificar essa situação. Ele lembrou o episódio de março de 1857, em Nova York, que deu origem à homenagem, quando 129 trabalhadoras foram mortas por protestar por melhores salários.

### Para Mozarildo, elas constroem valores morais

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) chamou a atenção para o “papel insubstituível da mulher na construção da cultura e dos valores morais”.

– De todas as formas, as mulheres dão o seu recado. Quando o entendermos, a civilização dará um grande passo – afirmou ele. Em aparte, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), elogiou o discurso de Mozarildo e ressaltou a importância da mulher e do espaço que vem ocupando na sociedade.

– É necessário que a diferença seja valorizada e respeitada, sempre – assinalou Ideli.

### Senadoras são exemplos das “árduas conquista da cidadania”, diz Valadares

As senadoras brasileiras são exemplos das “árduas conquistas da cidadania feminina”, disse o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele lamentou porém que a presença feminina na política ainda seja “rarefeita”.

O parlamentar citou em especial a senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE) como “uma das grandes lutadoras em defesa da

criança e do adolescente”.

Para ele, os índices de violência doméstica demonstram “o atraso e a barbaridade nas relações de gênero”. Segundo ele, o Brasil é o país com mais violência doméstica. Como consequência, a incidência de faltas ao trabalho é alta. “O combate à violência envolve uma mudança cultural”, disse.

## Bertha Lutz dedicou a vida aos direitos femininos

Zoóloga, Bertha Maria Júlia Lutz é a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres no Brasil. Ela se empenhou para garantir às mulheres o direito de votar e de serem votadas.

Nascida em São Paulo, em 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do pioneiro da Medicina Tropical Adolfo Lutz, Bertha foi educada na Europa, formou-se em biologia pela Sorbonne quando conheceu a campanha inglesa pelo voto feminino.

Já no Brasil, em 1918, foi a segunda mulher a entrar no serviço público, por concurso, como bióloga do Museu Nacional. Ajudou a criar, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Em 1922, Bertha foi à assembleia-geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Somente dez anos depois, em 1932, o presidente Getúlio Vargas estabeleceu o direito de voto feminino

### Serys quer que reforma política amplie a participação da mulher

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) propôs ao presidente Renan Calheiros a criação de comissão para debater a reforma política sob a ótica da participação feminina.

– Nada justifica a exclusão das mulheres no debate da ampliação de sua participação política nos partidos, no Legislativo, no

por decreto-lei.

Sucessora de Leolinda Daltro, fundadora da primeira escola de enfermeiras, Bertha organizou o primeiro congresso feminista e, na Organização Internacional do Trabalho, discutiu a proteção do trabalho da mulher. Fundou ainda a União Universitária Feminina e a Liga Eleitoral Independente, em 1932, e a União das Funcionárias Públicas, em 1933.

Nesse ano candidatou-se a uma vaga na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, e obteve a primeira suplência. Assumiu o mandato na Câmara Federal em julho de 1936, com a morte do titular. Defendeu a igualdade salarial, licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho.

Com o fechamento do Legislativo em 1937, foi chefe do setor de Botânica do Museu Nacional e se aposentou em 1964. Em 1975, Ano Internacional da Mulher, Bertha participou do primeiro Congresso Internacional da Mulher, da ONU.

### Marisa Serrano sugere novas regras eleitorais

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu a aprovação do financiamento público de campanhas para elevar a participação das mulheres na política. Ela observou que das 2.498 candidatas em 2006, somente 176 foram eleitas, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A senadora lamentou que temas sociais defendidos pelas mulheres nem sempre atraem financiadores de campanhas.

### Maria do Carmo pede incentivos a candidaturas

As mulheres precisam ousar mais para se candidatar a um cargo majoritário ou mesmo participar da política e da vida pública, afirmou a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

– Mais mulheres precisam se candidatar para que haja mais eleitas – disse.

Ela lamentou ainda existirem mulheres espancadas, principalmente pelos maridos, e vítimas do tráfico de seres humanos, em especial para a prostituição.

– Ainda há muito que ser feito. Precisamos exterminar a praga da violência, do preconceito e da discriminação.

### Ideli apóia ampliação do espaço feminino na política nacional

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ser importante incluir o tema da participação feminina na reforma política, concordando com o desafio proposto pela senadora Serys Shlessarenko (PT-MT). Ideli acredita ser necessário ampliar o espaço da mulher na

política.

A parlamentar informou ainda ter apresentado proposição que garante a oferta pelo Sistema Único de Saúde da vacina antipapilomavirus (HPV) às mulheres brasileiras. O projeto (PLS 51/07) está na Comissão de Assuntos Sociais.



DIA DA MULHER Apesar das conquistas femininas, índice de violência contra mulheres ainda é alarmante no país

## Renan vê avanços, mas lamenta desigualdades

Ao abrir, na quarta-feira, a sessão especial para celebrar o Dia Internacional da Mulher, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou seu compromisso com toda ação que promova a igualdade de oportunidades, direitos e deveres entre homens e mulheres. E disse que, ao fazer a entrega do diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, o Senado homenageava todas as brasileiras.

Em seu discurso, Renan lembrou que as mulheres são hoje 51% da população

e do eleitorado brasileiro, chefiam uma em cada quatro famílias e respondem por 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal. Ele citou avanços conquistados nas últimas décadas pelas mulheres, mas reconheceu que ainda há um longo caminho a ser trilhado.

– É inadmissível que, em pleno século 21, as mulheres continuem ganhando menos do que os homens ao exercerem as mesmas funções. Isso embora possuam um nível de escolarização maior que o dos homens – ressaltou.

Renan considerou absurdo o fato de os números da violência contra a mulher, especialmente a violência doméstica, continuem “manchando a dignidade nacional”. Ele mencionou estatísticas que demonstram que, a cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Brasil e que uma em cada três ou quatro meninas é abusada sexualmente antes dos 18 anos de idade.

Renan lembrou que, em 2004, foi aprovada a Lei 10.886, alterando o Código Penal, para introduzir tipificação especial para a violência doméstica e para tirar da impunidade esse tipo de agressão.

No mesmo discurso, o presidente do Senado lembrou que, em 1997, o Legislativo aprovou lei fixando cotas de

**“É inadmissível que as mulheres ainda ganhem menos que os homens”**

participação feminina no processo eleitoral. E lamentou que, apesar disso, a presença feminina na Câmara dos Deputados brasileira seja a quarta mais baixa da América Latina. Disse que essa participação equivale à metade da média mundial, que é, conforme pesquisa em 189 países, de 17,1% de mulheres, um número também baixo. De acordo com Renan, em matéria de representação feminina no Legislativo, o Brasil supera apenas o Haiti, a Guatemala e a Colômbia, na América Latina.

– No Senado, apenas em 1979 tivemos uma cadeira ocupada por uma mulher. Em 1991, a participação feminina dobrou, tendo sido eleitas duas senadoras. Na legislatura passada, eram nove as senadoras e, na atual, são dez. É uma evolução lenta demais, pois estou convicto de que toda a nação ganharia com o incremento do número das mulheres no Congresso Nacional.

Na noite de quarta-feira, Renan ofereceu um coquetel em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, na residência oficial da Presidência do Senado.

JOSÉ CRUZ



Parlamentares e convidados foram brindados com uma chuva de pétalas durante sessão especial

## Pesquisa revela: violência atinge 15% das mulheres

De cada cem mulheres no Brasil, 15 vivem ou já viveram algum tipo de violência doméstica, praticada principalmente por maridos e companheiros de lar. A dura constatação é da Coordenação DataSenado, da Secretaria de Pesquisa e Opinião do Senado, após a apuração da ampla pesquisa nacional que realizou por telefone no último mês de fevereiro. A consulta, com o objetivo de apurar os índices de violência contra a mulher, envolveu todas as capitais e 797 entrevistados.

Destinada somente ao público feminino e que, segundo os

coordenadores do DataSenado, é uma novidade, a pesquisa evidencia claramente que enquanto o país se assusta com a escalada da violência nas ruas, uma outra forma de agressão – contra a mulher – continua a ser praticada de forma silenciosa no interior das residências e tendo como alvos seus familiares diretos.

A situação mais grave, segundo levantamento do DataSenado, encontra-se na região Norte, onde uma em cada cinco mulheres afirma já ter sofrido agressões. Quanto aos motivos, pelas respostas das entrevistadas, 45,5% das manifestações de

violência resultariam do uso do álcool e 22,8% teriam o ciúme como pretexto. A falta de dinheiro entra como causa de 6,5% dos casos; e a chamada traição conjugal e o uso de drogas, com 4,9%.

De acordo com a pesquisa, 74,8% dos agressores são os próprios maridos e 12,2%, os companheiros. O pai responderia por 2,4% das iniciativas violentas. Na especificação das formas de agressão, 58,5% teriam caráter físico; 10,6% seriam de ordem psicológica; 8,9% teriam base moral, enquanto 4,9% assumiriam conotações sexuais.

### Lei Maria da Penha terá observatório

A Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, vinculada à Presidência da República, lançou um edital para a criação de observatório de acompanhamento da aplicação da Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher. A idéia é fazer com que organizações não-governamentais (ONGs) e/ou instituições universitárias formem consórcios com representatividade nacional, mas compostos por pelo menos três instituições regionais, para verificar se a lei está mesmo sendo cumprida.

A proposta vencedora receberá R\$ 800 mil do Orçamento da União para 2007. O prazo inicial de vigência do financiamento do observatório da Lei Maria da Penha será de dois anos, com possibilidade de renovação, desde que avaliada e redefinida sua atuação, caso necessário. O prazo para apresentar propostas é até 16 de abril. A divulgação dos resultados será dia 15 de maio. Informações pelo endereço: [www.planalto.gov.br/spmulheres](http://www.planalto.gov.br/spmulheres).

### Desemprego gera violência, diz Virgílio

Ao comentar a pesquisa realizada pelo DataSenado, Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse acreditar que a violência doméstica tem razões de ordem econômica e que a mulher com emprego e salário dignos reúne condições para libertar-se do agressor. Para o senador, chegou o momento de “fazer valer” a Lei Maria da Penha. Virgílio afirmou que

### “Sabemos lutar e vencer”, diz Roseana Sarney

As mulheres devem fazer uma grande cruzada contra a violência no país. Foi o que propôs a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) durante a sessão especial de homenagem ao Dia Internacional da Mulher. – Não há mais tempo a perder. Sabemos como ninguém lutar e vencer. Devemos lutar e fazer uma cruzada contra a violência em nossa área de atuação. Podemos reverter a violência. Foi assim com a anistia política e com o direito ao voto. Juntando forças, temos vencido barreiras – afirmou Roseana.

### Para Lúcia Vânia, nova legislação favorece luta contra agressões

Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora do projeto que resultou na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), disse que o novo texto legal já começa a dar resultados. Segundo a senadora, informações obtidas junto à Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam), de Goiânia, indicam que, desde a sanção do projeto, em agosto de 2006, 300 homens já foram presos em flagrante,



Lúcia Vânia

naquela capital, por agredirem suas companheiras.

– Pelas informações que temos, podemos concluir que as mulheres estão se sentindo respaldadas pela lei e com mais coragem para denunciar, ao mesmo tempo que o índice de homens que reincidem na prática da violência caiu bastante após passarem entre um e dois meses na prisão – explicou.

JANE ARAÚJO



Renan cumprimenta as vencedoras do prêmio Bertha Lutz na sessão que comemorou o Dia Internacional da Mulher

### Três novas parlamentares entram para a Galeria das Senadoras

A Galeria das Senadoras da República, localizada na entrada principal da Ala Senador Alexandre Costa, no anexo II do Senado, ganhou mais três fotografias. São as de Kátia Abreu (PFL-TO), de Marisa Serrano (PSDB-MS) e de Rosalba Ciarlini (PFL-RN), todas eleitas no pleito de outubro do ano passado.

A galeria agora conta com 31 fotografias, a começar pela foto de Eunice Michilles (AM), a

primeira senadora da República e que ocupou uma cadeira no Senado de 1979 a 1987.

As placas com as respectivas fotografias foram descerradas pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), coordenadora da bancada feminina no Senado. A homenagem às três novas senadoras faz parte das comemorações da Semana da Mulher e do Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março.

## COMISSÕES

# Uso de energia nuclear em discussão na CMA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou, por sugestão do senador Renato Casagrande (PSB-ES), a realização de debates a respeito das fontes energéticas brasileiras.

Os ministros de Minas e Energia, Silas Rondeau, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, serão convidados para discutir o incremento da energia nuclear na matriz energética do país. Casagrande informou que o governo brasileiro possui programações na área de energia

nuclear para, aproximadamente, até 2030.

Sibá Machado (PT-AC) entende que o país deve realizar investimentos para conhecer melhor a tecnologia nuclear e, assim, saber dos seus efeitos nocivos ao homem e ao meio ambiente. Para Sibá, é necessária uma melhor utilização das fontes de energia limpa que há no Brasil, para que haja desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

Na opinião de Arthur Virgílio (PSDB-AM), o Brasil poderá tornar-se um grande produtor

de energia a partir do álcool etanol.

Os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luís Carlos Guedes Pinto, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, debaterão as questões relacionadas à produção e à exportação do álcool etanol na CMA, conforme requerimento apresentado por Sibá. Os presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos, do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp, Roberto Rodrigues, também serão convidados para o debate.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentou requerimento para a realização de seminário com o objetivo de discutir as fontes alternativas de energia. Na opinião do senador, o investimento em fontes alternativas de energia – que não causam os efeitos danosos para o aquecimento global dos combustíveis fósseis – pode contribuir para que o país seja auto-suficiente em energia.

Fernando Collor (PTB-AL) ressaltou que o Brasil deve cobrar dos países desenvolvidos – para ele, os maiores causadores do efeito estufa – postura mais responsável em relação ao meio ambiente do planeta. No entanto, lembrou que o país também deve estar atento às obrigações assumidas e ter consciência de que está contribuindo para evitar a degradação do planeta.



Sibá (E) e Arns durante reunião que aprovou requerimentos de audiências sobre etanol, energia nuclear e combustíveis limpos

## Preço de combustível gera críticas

Por requerimento de Flávio Arns (PT-PR), a CMA deverá pedir esclarecimentos sobre os aumentos abusivos no preço de combustível realizados em véspera de feriados.

Segundo a proposta, deverão prestar as informações o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o Programa de Defesa do Consumidor (Procon), o Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Arns informou que se verificou que postos de gasolina, em diversos estados do país, aumentam os preços dos combustíveis nos dias que antecedem feriados (e que formam os “feriadões”), sem que haja justificativa. Ele destacou que esse procedimento prejudica os consumidores, configura formação de cartel e significa crime contra a ordem

econômica.

Na sua opinião, trata-se de problema nacional de fácil investigação, uma vez que há apenas um produtor e cinco distribuidores de combustíveis no país, além dos revendedores – muitas vezes obrigados a cumprirem decisões dos distribuidores, disse Arns, para não falirem. O senador sugere que, depois de recebidos os esclarecimentos desses órgãos, a comissão realize um debate mais aprofundado sobre o problema, em audiências públicas ou até mesmo por meio de comissão parlamentar de inquérito.

Venda do pão francês por unidade ou peso

Na mesma reunião, a CMA aprovou ainda requerimento do presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), para incluir o presidente da As-

sociação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria, Alexandre Pereira Silva, entre os convidados para a audiência pública destinada à instrução do projeto de lei que obriga a comercialização do pão francês a peso e também por unidades de 50 gramas.

A proposta (PLS 294/06) é de autoria de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e a audiência pública para

a discussão da matéria foi sugerida por Sibá Machado (PT-AC) com os seguintes convidados: presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; a coordenadora institucional do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marilena Lazzarini; e o presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), João Alziro Herz da Jornada.

**Arns quer pedir esclarecimentos sobre aumento da gasolina nos “feriadões”**

## Anvisa deve regulamentar venda de álcool

As regras para venda, comercialização, entrega ao consumo e fornecimento de álcool etílico hidratado e de álcool etílico anidro passarão a ser definidas em regulamentação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Anvisa).

A decisão foi tomada na última quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao aprovar projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A proposta (PLS 190/06)

objetiva reduzir o número de acidentes causados por esses produtos.

Valadares diz que o álcool viti-ma cerca de 150 mil pessoas por ano, e um terço dessas vítimas são crianças.

FOTOS: J. FREITAS



Casagrande (D) quer compor uma frente com parlamentares, cientistas, empresários e membros da administração pública

## Frente poderá defender inovação tecnológica

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) discutiu na reunião da semana passada a sugestão de Renato Casagrande para criação de frente plurissetorial mista em defesa da ciência, da tecnologia e da inovação. O grupo seria composto por deputados e senadores, por pesquisadores, representantes do setor empresarial e da administração pública. “E seria uma verdadeira base de apoio para a sociedade se manifestar”, explicou Casagrande.

A comissão debateu ainda a urgência da criação de uma legislação de convergência entre as normas legais das áreas de telecomunicação e de radiodifusão. Isso evitaria, na avaliação dos senadores, conflitos e até concorrência desleal entre operadoras dos dois setores.

– Como as teles [operadoras de telecomunicações] podem concorrer com as radiodifusoras se na primeira área é permitido

capital 100% estrangeiro e, na outra, só 30%? – questionou o presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG).

Também ficou decidido que a CCT poderá incluir em pauta a discussão sobre o leilão que deverá permitir a ampliação das faixas utilizadas pela tecnologia Wi-Fi (Wireless Fidelity), para estabelecer rede sem fio de acesso à internet.

Wellington ressaltou ainda a necessidade de a comissão debater a situação enfrentada pelo Centro de Lançamento de Alcântara (MA) após a explosão ocorrida em sua base aeroespacial, em agosto de 2003.

Para falar dos temas expostos, os parlamentares pediram a presença dos ministros das Comunicações, Hélio Costa, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende. Foram aprovados ainda 25 projetos de decreto legislativo que permitem o funcionamento e a exploração de serviços de radiodifusão em alguns estados.

## Senado homenageia os 25 anos do Proantar

O Senado Federal, em parceria com a Marinha do Brasil, realiza na terça-feira, às 14h, homenagem especial no Plenário aos 25 anos da presença brasileira na Antártica. Após a cerimônia, ocorrerá, no Salão Negro, a abertura da exposição sobre o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) e o lançamento do selo comemorativo do Ano Polar Internacional. A solenidade será acompanhada na Península Antártica por meio de teleconferência.

A exposição, que estará aberta à visitação de 13 a 28 de março, demonstra a importância do trabalho realizado pelo Proantar. Faz parte da mostra uma maquete da estação Antártica Comandante Ferraz.

Criado em 1982, com a primeira expedição científica brasileira na Antártica, o Proantar tem como objetivo promover a realização de pesquisas científicas e tecnológicas naquele continente com a finalidade de compreender os fenômenos que tenham repercussão global e

sobre o território brasileiro.

Participam do programa o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (Conapa), o CNPq, a Marinha, a Aeronáutica e os ministérios do Meio Ambiente, das Relações Exteriores, e da Educação.

Coincide com a passagem dos 25 anos da presença brasileira na Antártica o Ano Polar Internacional 2007-2008, organizado pelo Conselho Internacional de União Científica em conjunto com a Organização Meteorológica Mundial. Entre 1882 e 1883, essa organização promoveu encontro de 20 nações, desenvolvendo 15 projetos e expedições voltados a pesquisas no Ártico e na Antártica, que passaria a ser o primeiro ano polar internacional. Agora, 125 anos depois, 60 países e 200 projetos científicos promovem o quarto Ano Polar Internacional e consagram esse fórum mundial como o maior evento voltado para as pesquisas de ponta desenvolvidas nos pólos Sul e Norte.

## MEIO AMBIENTE Especialistas e parlamentares questionam impactos da comercialização de créditos de carbono



Central de Tratamento de Resíduos em Nova Iguaçu é pioneira na venda de créditos. Reforestamento tem sido pouco explorado: só vale árvore em crescimento

# Mercado de carbono dá primeiros passos

A comercialização de créditos de carbono gerados por iniciativas de países em desenvolvimento é polêmica na opinião de especialistas e parlamentares que analisam seu real impacto ambiental e até mesmo comercial. Estabelecida pelo Protocolo de Kyoto, essa venda de créditos é uma alternativa de utilização de mecanismos de mercado para que países desenvolvidos possam atingir os objetivos de redução de gases de efeito estufa.

Para alguns, os créditos comercializados serão quantitativamente muito inferiores ao total de gases de efeito estufa lançados. Outros acreditam que

essa opção possa até incentivar a continuidade de emissão de gases pelos países desenvolvidos.

O fato é que a comercialização dos créditos do carbono está aumentando. Esse mercado funciona com o critério da adicionalidade, ou seja, é preciso que haja a absorção de dióxido de carbono da atmosfera (no caso de florestamento/reflorestamentos) ou que se evite o lançamento dos gases do efeito estufa, com a aplicação em projetos como os de eficiência energética.

Diferentemente do que se imaginava em princípio, o florestamento não tem sido explorado para esse fim no Brasil. Aqui, predomina o investimento no setor energético

(leia mais na matéria abaixo).

A pouca procura pelo florestamento se deve à demorada regulamentação pelo Protocolo de Kyoto e ao desinteresse dos compradores internacionais, em especial de países europeus, por essa produção. Eles temem que haja incentivo ao desmatamento, para que seja levantada nova floresta, com vista apenas a gerar lucros aos empreendedores.

— Também concordo que o desmatamento possa vir a acontecer para que alguns consigam comercializar o carbono, o que justifica o temor dos países europeus em comprarem carbono do florestamento. Mas acho que o Protocolo de Kyoto deveria acei-

tar a floresta madura no cálculo dos créditos, porque se estaria protegendo o que existe — afirma Sibá Machado (PT-AC).

Somente na Amazônia há 160 mil quilômetros quadrados de área desmatada e abandonada. O desmatamento é responsável por 75% da emissão de gases de efeito estufa no Brasil.

## Metas para redução de gases de efeito estufa

Em vigência desde fevereiro de 2005, o protocolo internacional — assinado por mais de 140 países — obriga as nações industrializadas a diminuir em 5,2% a emissão de gases como o dióxido de carbono e o metano, com base

nos níveis gerados em 1990.

Dessa forma, foi criado o mercado mundial de Reduções Certificadas de Emissão (RCE), que possibilita a compra de créditos por meio dos sistemas de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), como o reflorestamento ou a captação de gás metano de aterros sanitários.

Para o professor da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Artaxo, o MDL pode funcionar em algumas circunstâncias, mas “não se pode negar que movimentam valores extremamente modestos”.

— Não será essa panacéia toda que se espera, porque não tem tanto potencial. É algo mais comercial que ambiental — aposta.

## Setor energético concentra projetos

Desde a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, 210 projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) foram apresentados no Brasil, dos quais 118 já estão aprovados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

Com a vigência desses projetos, a expectativa é de que no primeiro período do Protocolo de Kyoto (2008-2012) haja redução de 195 milhões de toneladas de CO<sup>2</sup> equivalente (medida de referência utilizada para todos os gases de efeito estufa) — ou seja, 8% do total mundial projetado. Isso coloca o Brasil em terceiro lugar em redução de emissões, atrás da China, que projeta a redução de 1 bilhão de toneladas de CO<sup>2</sup> equivalente, e da Índia, que reduziria

em 548 milhões.

As atividades no Brasil estão concentradas no setor energético. Por esse motivo, o CO<sup>2</sup> está inserido em 63% dos projetos, seguido pelo metano (CH<sub>4</sub>), com 36%, e óxido nítrico (N<sub>2</sub>O), com 1%.

Os projetos setoriais dividem-se principalmente em indústria energética (31%), energia renovável (22%) e aterro sanitário (12%), entre outros que praticamente excluem a recuperação de áreas degradadas com o plantio de florestas.

Segundo o professor Emilio La Rovere, coordenador do Programa de Planejamento Energético da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), o mercado de carbono mundial deverá movimentar US\$ 30 bilhões até 2012 e o Brasil pode abocanhar até 10% desse montante, ou seja, US\$ 3 bilhões.

— A maior parte dos projetos é feita exclusivamente por brasileiros, o que gera valor agregado e permite aos empreendedores vender pelo preço máximo possível — explica La Rovere.

O único problema é que a cotação da tonelada de CO<sup>2</sup> flutua consideravelmente. Em abril do ano passado, a tonelada chegou a ser comercializada a € 30, mas este ano despencou para € 1,5.

## Venda de carbono pode render ao Brasil US\$ 3 bilhões, até 2012

der pelo preço máximo possível — explica La Rovere.

## Iniciativas pioneiras na comercialização dos créditos

O projeto Novagerar foi uma das iniciativas pioneiras na comercialização do crédito de carbono, com a Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu (RJ). O aterro sanitário poderá gerar 2,5 milhões de toneladas de carbono equivalente até 2012. O montante foi comercializado com o governo da Holanda por € 13 milhões.

Com o tratamento do chorume, é possível separar o gás metano, que, em vez de ser lançado na atmosfera, é aproveitado, após transformação, em combustível para a geração de energia limpa que abastece

a central de tratamento.

Construída para substituir o lixão de Nova Iguaçu, com 1 milhão de habitantes, a central irá gerar energia para abastecer os prédios públicos do município. E na área do antigo lixão já foram plantadas 20 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica.

A empresa Novagerar trabalha na construção de aterro sanitário em São Gonçalo (RJ) e em Petrolina (PE). Junto com o governo e o Ministério Público, busca gerar emprego para catadores de lixo, organizados em cooperativas de reciclagem.

## Como funciona o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

— O Protocolo de Kyoto obriga os países industrializados a reduzir em 5,2% a emissão de gases de efeito estufa entre 2008 e 2012. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) permite aos países “devedores” de carbono compensar a emissão investindo em produção de energia limpa nos países em desenvolvimento, os “credores” de carbono.

— Criou-se o mercado mundial de Reduções Certificadas de Emissão (RCE). Cada tonelada deixada de ser emitida ou retirada da atmosfera poderá ser adquirida pelo país com metas de redução.

— Contam para crédito de carbono o florestamento; a substituição, por biomassa ou biodiesel, de diesel ou carvão em caldeiras e meios de transporte; a captação de gás metano de aterros sanitários ou fazendas e o

uso de energia solar ou eólica.

— Empresas poluidoras, que precisam reduzir a emissão de gases, compram em bolsas ou de empreendedores as toneladas de carbono “seqüestradas” da atmosfera pela geração de energia limpa.

— Cálculos mostram a quantidade de dióxido de carbono a ser removida ou de gases de efeito estufa que deixará de ser lançada na atmosfera. Cada um dos seis gases tem seu potencial de aquecimento global (GWP). Por exemplo, o metano possui 23 GWP, sendo 23 vezes pior que o CO<sup>2</sup>.

— Como resultado, uma tonelada de óleo diesel trocado por biodiesel gera o direito a 3,5 toneladas de créditos; e um hectare de floresta de eucalipto absorve 12 toneladas de gás carbônico por ano.

## Protocolo de Kyoto exclui floresta madura

O plantio de árvores (florestamento e/ou reflorestamento) é um dos caminhos possíveis para a geração de créditos de carbono. Na presença de luz, as árvores em crescimento realizam fotossíntese, na qual retiram carbono da atmosfera, em forma de CO<sup>2</sup>, e o incorporam à sua biomassa.

Na floresta madura, porém, o consumo e a produção de carbono apresentam níveis quase



Fonte: Site Carbono Brasil

## COMISSÕES

# Marina: clima na Terra ficará imprevisível

As próximas gerações poderão não contar mais com previsibilidade em relação a questões climáticas. O alerta foi feito pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que participou na quinta-feira de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre o tema “Meio Ambiente, Vida e Direitos Humanos”.

Para a ministra, as mudanças climáticas pelas quais passa o planeta criam uma oportunidade para o exercício da solidariedade entre os povos, um espaço apropriado para resgatar o que foi deixado para trás, disse. Marina considera que o Brasil ocupa um lugar privilegiado no cenário mundial devido à existência da Floresta Amazônica e às características da biodiversidade nacional. Essas riquezas, observou, podem ser exploradas sem destruição, num contexto de “junção de poderes, com o objetivo de sair dessa crise”.

– Esta só será de fato uma oportunidade de negócio para o Brasil se gerar solidariedade capaz de ser compartilhada com todos os povos – afirmou a ministra, ao se referir às possibilidades de produção de biocombustível.

Marina Silva destacou também, com base em pesquisas, que o desequilíbrio das mudanças climáticas, provocado pela



Em audiência na CDH, presidida por Paim, a ministra Marina Silva adverte que a temperatura na Amazônia poderá subir até 8 graus

ação do próprio homem, pode afetar o produto interno bruto (PIB) global em até 20%, além de ocasionar um esquentamento da Amazônia em até 8 graus.

Ao citar as contribuições do Brasil nas questões climáticas, ela ressaltou a atuação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) no combate ao desmatamento da Amazônia. Para continuar o trabalho, frisou, é preciso colocar a ética na frente da técnica.

– Se não fizermos isso, todos nós vamos pagar um preço muito alto – alertou.

Antes de deixar a reunião da (CDH), a ministra entregou ao presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), o relatório sobre mudanças climáticas e o efeito delas na biodiversidade

brasileira até o século 21, preparado pela pasta que comanda.

## Dia Internacional da Mulher é celebrado

A comissão também realizou debate em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. Participaram, além da ministra, Lélío Bentes, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Grijalbo Coutinho, presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho; Bernadete Lopes, representante da Fundação Cultural Palmares; Eliane dos Santos, procuradora regional do Trabalho; irmã Rosita Milesi, representando a CNBB; e Vanilda Faviero, pela Associação das Mães dos Deficientes do Brasil.

## Novo colegiado fiscalizará iniciativas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez a indicação, na última quarta-feira, dos senadores que irão compor, como titulares, a Comissão Mista Especial do Congresso destinada a acompanhar, monitorar e

fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. Foram indicados os senadores Fernando Collor (PTB-AL), João Ribeiro (PR-TO), Romeu Tuma (PFL-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Renato Casagran-

de (PSB-ES), Jefferson Péres (PDT-AM) e Delcídio Amaral (PT-MS).

De acordo com o Regimento Comum às duas Casas, a sétima vaga é ocupada pela minoria.

## Goldemberg fala sobre aquecimento global

O físico José Goldemberg será o convidado da primeira audiência pública – às 10h de quarta-feira – da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O convite ao coordenador da participação brasileira na Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, foi feito a partir de requerimento do presidente da subcomissão, senador Fernando Collor (PTB-AL).

Ao apresentar sua proposta, Collor classificou Goldemberg como “uma das maiores autoridades do Brasil em meio ambiente”. O senador por Alagoas anunciou que deverá fazer, nos próximos dias, um convite ao ex-vice-presidente norte-americano Al Gore, protagonista do filme Uma Verdade Inconvenien-

te, para que ele fale a respeito das mudanças climáticas do planeta.

Em outro colegiado criado no Senado para discutir questões climáticas – a Subcomissão Permanente sobre Aquecimento Global –, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), foram aprovados dois requere-



Fernando Collor preside a subcomissão da CRE sobre as mudanças climáticas

mentos com a finalidade de realizar audiências públicas com cientistas brasileiros. Ambos foram apresentados pelo presidente da subcomissão, senador Renato Casagrande (PSB-ES).

Um deles convida os cientistas da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Artaxo Neto, e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Carlos Nobre e José Antonio Marengo, para discutirem os problemas relacionados ao aquecimento global. Os especialistas participaram do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas Globais (IPCC), realizado em Paris, no início deste ano.

Por meio do outro requerimento, os integrantes da subcomissão convidam o coordenador-geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, para participar de debate no colegiado. As datas e os horários ainda serão definidos.

## Papel da mulher e desafios da ministra são destacados

Durante audiência com a ministra Marina Silva na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a senadora Fátima Cleide (PT-RO) defendeu ampla reforma política e eleitoral que garanta às mulheres trabalhadoras melhores oportunidades para que possam ocupar mais espaço no cenário político brasileiro.

Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que o binômio Meio Ambiente e Educação já domina a consciência das pessoas e dos governos mais esclarecidos. Ele apoiou o sistema de cotas, encarado como um forte instrumento para que o país possa pagar a dívida para com a população negra brasileira.

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) enalteceu o trabalho de Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente, afirmando que ela sempre lutou contra grupos de pressão que, conforme ressaltou, apenas desejam o desenvolvimento,

em detrimento da vida. Para o senador, a continuidade de Marina no comando da pasta “representa o desenvolvimento sustentado”.

No entender do senador José Nery (PSOL-PA), a presença de Marina no governo “representa a continuidade da luta em prol da promoção da igualdade das mulheres”. Já Leomar Quintanilha (PMDB-TO) salientou que a ministra vem desenvolvendo “um extraordinário trabalho” no combate ao desmatamento e fez votos para que o Brasil encontre uma fórmula capaz de obter o crescimento sustentável. Eduardo Suplicy (PT-SP) também destacou o trabalho da ministra.

Também participou da reunião a ministra Matilde Ribeiro, secretária de Políticas da Promoção da Igualdade Racial. Ela ressaltou que a violência contra a mulher só será combatida por meio de ações entre o governo, Legislativo e a sociedade.

## Senadores resgatam ação da CDH e homenageiam Marina

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou uma cerimônia de inauguração da galeria dos ex-presidentes do colegiado, com o descerramento das fotos dos três primeiros presidentes: Magno Malta (PR-ES), Juvêncio da Fonseca (ex-senador) e Cristovam Buarque (PDT-DF). A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, autora, enquanto senadora, do projeto que possibilitou a criação da então Comissão de Legislação Participativa (CLP), hoje CDH, também foi homenageada.

Por meio da CDH, o Senado pode receber sugestões da sociedade, ampliando a participação popular e diminuindo processos burocráticos.

Em discurso, os ex-presidentes do colegiado lembraram as questões mais relevantes debatidos CDH.

Em cerimônia coordenada por Paulo Paim (PT-RS), atual presidente da CDH, a senadora licenciada Marina Silva recebeu



Sibá saúda Marina Silva que, como senadora, propôs a criação do colegiado

uma placa com um texto elaborado pelo próprio Paim e foi parabenizada pelos membros da comissão.

Sibá Machado (PT-AC), suplente da senadora licenciada, fez discurso emocionado em que lembrou que o principal desafio de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente é conciliar a vontade e os interesses de todas as pessoas, seja no plano individual, empresarial ou político.

## Comissão se organiza para os 120 anos da Abolição

Poderá ser criada no Senado uma comissão temporária para discutir questões relacionadas aos negros e marcar os 120 anos da Abolição da Escravatura, que ocorrerá em 13 de maio de 2008. É o que prevê requerimento aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa (CDH), de Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). A proposta vai a Plenário.

Os trabalhos da comissão temporária teriam início no próximo dia 13 de maio e se

estenderiam até o mesmo dia do ano seguinte, nos 120 anos do que os autores do requerimento chamam de “Abolição não concluída”.

Nesses doze meses, seriam votados os projetos em tramitação no Congresso que tratam da questão dos negros. O colegiado funcionaria no âmbito da própria CDH e das comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS).

A CDH aprovou ainda requerimentos para realização de audiências públicas sobre preconceito racial e violência na juventude e suas causas.

APOSENTADORIAS Modelo de previdência complementar para servidor gera polêmica antes de ir ao Congresso

# Fundo de previdência tem atraso de 3 anos

Em 21 de janeiro de 2005, publicação do Ministério do Planejamento voltada para o servidor público anunciava o envio ao Congresso, até abril daquele ano, do projeto de lei criando o fundo complementar de previdência do funcionalismo, previsto na reforma da Previdência (Emenda Constitucional 41, de dezembro de 2003). Porém, somente agora, o governo dá sinais de que vai encaminhar a proposta em breve.

A criação do fundo de previdência complementar, cujas linhas gerais foram divulgadas em janeiro passado pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, já promete polêmica. Entidades de classe dos servidores federais entendem que o fundo vai oficializar aquele que é, para elas, o mais desagradável efeito da reforma aprovada em 2003: o fim da aposentadoria integral.

Na verdade, a modificação tende a afetar um universo pequeno dos servidores federais. Para os que já eram servidores antes da emenda constitucional, nada muda. Quem ingressou no serviço público federal entre janeiro de 2004 e o momento da constituição do fundo, se não optar por aderir ao regime de previdência complementar, poderá se aposentar pelo

valor médio de seus salários ao longo da carreira.

## Fundo é preocupação para futuro servidor

O cenário é diferente para quem ingressar no serviço público a partir da entrada em vigor do fundo de previdência complementar. Esse só terá direito a uma aposentadoria máxima equivalente ao teto do Regime Geral de Previdência Social (atualmente de R\$ 2,8 mil). Para receber mais, os novos servidores deverão aderir ao fundo e pagar uma alíquota de 7,5% sobre os vencimentos. Os 11% que são descontados do salário para a Previdência Social passa, assim, a incidir somente até o teto de R\$ 2,8 mil. A União também recolherá aos cofres do fundo 7,5% sobre cada salário pago.

Na proposta divulgada, dois terços da arrecadação do fundo seriam destinados a cobrir benefícios da aposentadoria e o restante seria reservado para "benefícios de risco" (morte e invalidez). O valor da aposentadoria vai depender da contribuição de cada servidor e do rendimento do fundo. Quem sair do serviço público antes da aposentadoria poderia resgatar o que tiver depositado.

## Paim reconhece resistências a proposta do governo

A maioria dos senadores consultados pelo Jornal do Senado disse que ainda aguarda a formalização do projeto do governo para se posicionar em relação ao fundo de previdência complementar do servidor. Presidente da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Paulo Paim (PT-RS) acha que o Congresso terá um papel importante no aprimoramento da proposição.

– Já existe grande discordância em relação à proposta do governo, mesmo antes de formalizada. Setores sindicais acreditam que fundos específicos para cada Poder deveriam ser criados; outros acham que o melhor caminho

é um fundo único. Precisamos aguardar – afirmou o senador.

Embora admita que, da parte do funcionalismo, não há qualquer simpatia pela criação do fundo (que prefere continuar com o sistema de aposentadoria integral), Paim entende que o fundo precisa ser implementado, mas já adiantou que vai organizar audiências públicas para ouvir a sociedade e melhorar a iniciativa do governo.

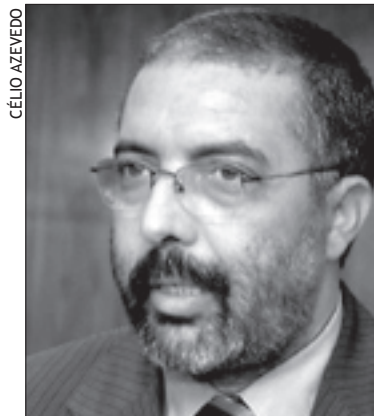
– Esperemos aprofundar o debate e que dele resulte um projeto que garanta uma aposentadoria complementar para o servidor, e que o Estado brasileiro dê a garantia ao trabalhador de que o dinheiro que ele colocar nesse fundo não vai correr riscos.



Nelson Machado aposta em choque de gestão contra déficit



Paulo Bernardo acredita que servidor vai aderir ao fundo



Paulo Paim quer ouvir a sociedade e melhorar projeto



Ezequiel Nascimento não acredita em sustentabilidade

## Sindicalistas acham que fórmula vai dar errado

Difícil é encontrar, em Brasília, um representante do servidor público que se manifeste favoravelmente à implantação do fundo de previdência complementar, como previsto na Emenda Constitucional 41/03. Além das críticas em relação ao fim da aposentadoria integral para os novos servidores, sindicalistas calculam, com base na proposta anunciada pelo governo, que as alíquotas sugeridas não vão viabilizar uma aposentadoria complementar satisfatória.

O presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo, Ezequiel Nascimento, entende que "não há cálculo atuarial que sustente a versão do governo de que, com apenas 10% de recolhimento mensal (5% do servidor e 5% da União) sobre os vencimentos, será possível reunir recursos para pagar aposentadorias próximas aos salários recebidos pelos servidores na ativa.

– Durante muito tempo, a crítica era de que com 22% (11% de desconto, mais 11% que a União deveria contribuir) não era possível sustentar o regime. Não sei como agora o governo vem com uma proposta de 10%. Não me parece sério. Está impli-

cito que o servidor vai receber apenas um trocado a mais. Melhor aplicar na caderneta de poupança, é mais seguro.

## Parcela para morte ou invalidez traria riscos

Para o jornalista econômico Luís Nassif, a fórmula para o fundo de previdência complementar divulgada pelo governo federal seria "arriscada", justamente por reservar uma parcela grande das contribuições (um terço) para os benefícios por morte ou invalidez.

– Em fundos privados, a parcela de risco não excede 2%. E no setor privado o emprego é menos estável que no funcionalismo – explicou Nassif.

O presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Josemilton Maurício, também discorda da proposta por acreditar que se trata da privatização da aposentadoria. Diretor de Assuntos de Aposentadoria do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Lenine Moreira critica a ausência de discussão com a sociedade e com as entidades. "Não sabemos nem qual a participação dos servidores na gestão do fundo", reclamou.

## Objetivo é reduzir déficit

Segundo dados do Conselho Federal de Economia, até novembro de 2006, o governo federal arrecadou R\$ 13,8 bilhões de um contingente de 1.228.594 de servidores ativos, com salário médio de R\$ 4.186,70. Em contrapartida, pagou benefícios totais de R\$ 50,3 bilhões para 1.053.753 aposentados e pensionistas, o que dá um benefício médio mensal de R\$ 4.037,63. A conta de subtração não deixa dúvida: foi gerado um déficit de R\$ 36,5 bilhões, o que correspondeu a 1,79% do PIB.

A expectativa com o novo fundo é que os gastos anuais caiam à medida que o número de aposentados pelas regras atuais diminuir. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, acredita que os servidores verificarão que é melhor aderir ao novo regime de previdência.

Paralelamente à criação do

fundo, o ministro da Previdência, Nelson Machado, espera que o chamado "choque de gestão" faça a sua parte na redução do déficit. Medidas administrativas de custo político baixo podem resolver problemas graves. Ampliar o quadro dos médicos peritos do INSS, por exemplo, é antídoto eficaz contra as fraudes bilionárias na concessão de auxílio-doença.

Um censo entre trabalhadores rurais teria efeito imediato. As despesas do INSS com a aposentadoria rural respondem por 64% do rombo da Previdência. As despesas com o auxílio-desemprego, que também integram o déficit, são outro alvo de falcaturas. É comum alguém que recebe o benefício empregar-se novamente e pedir para não ter a carteira assinada por três meses para fraudar o sistema.

## Resumo da Proposta

### •Aposentadorias

O projeto deve prever alíquota máxima de contribuição do servidor público federal de 7,5%, dos quais 5 pontos percentuais cobrirão a aposentadoria.

### •Risco

Os outros 2,5 pontos percentuais da contribuição do servidor seriam usados para bancar os chamados benefícios de risco (por morte e invalidez).

### •Contrapartida

A União fará também uma contribuição mensal para o fundo de previdência complementar, de 7,5% sobre cada salário pago aos servidores federais.

### •Direção

A previdência complementar dos servidores seria unificada e o fundo teria representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de membros do TCU, que administrariam o sistema em rodízio.



Fonte: Ministério do Planejamento

## Fórum de servidores debate previdência na Câmara

Nesta terça e quarta-feiras, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado realiza, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, o Seminário Internacional sobre Previdência Social.

O evento contará com a presença de especialistas e autoridades na área da Previdência Social, como o senador Paulo Paim, o economista Luiz Gonzaga Beluzzo, além de convidados internacionais.

Constituído em março de 2006, o fórum é formado por 21 enti-

dades, entre elas o Sindilegis, e tem como objetivo as questões previdenciárias do servidor público para aperfeiçoar o modelo da Previdência Social e preservar garantias e direitos dos servidores públicos.

Antes do seminário, na segunda-feira, às 15h, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado promove uma coletiva de imprensa para apresentar seus propósitos no Auditório da Associação dos Magistrados do Brasil (no shopping Liberty Mall, em Brasília).

CRESCIMENTO Dilma Rousseff, Guido Mantega e Paulo Bernardo discutem na terça-feira pacote de medidas

# Debate sobre PAC reúne três ministros

Nesta terça-feira, a partir das 10h, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Fazenda, Guido Mantega, debaterão com os senadores o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A reunião deverá ser realizada no Plenário do Senado.

O anúncio do debate foi feito por Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Ele informou ainda que a audiência pública com a presença dos três ministros será feita em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por Aloizio Mercadante (PT-SP).

Na quinta-feira passada, a CI realizou audiência para discutir o PAC. Um dos convidados, Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse que o programa tem o mérito de recolocar a questão do crescimento na agenda: é ousado nos objetivos, limitado nos instrumentos, mas organiza o governo numa agenda de projetos importantes para o país, especialmente em infra-estrutura. Para ele, o Brasil precisa de cem anos para dobrar a renda dos brasileiros se continuar com o atual ritmo de crescimento, o que só seria suficiente para colocá-lo em situação semelhante à de Portugal – país considerado

de economia mediana.

O presidente da CNI frisou acreditar que o PAC não responde a todas as demandas porque o Brasil criou “constrangimentos estruturais” que não podem ser removidos de uma hora para outra e nem podem ser transformados com um plano ou projeto presidencial. Exemplo disso seria o gasto público. Faltou no PAC, observou, um compromisso de controle de gastos correntes.

Os primeiros números de 2007 já apontam a elevação dos gastos, sobretudo os federais, que devem atingir 19%. Em 2006, as despesas foram da ordem de 18,4% e, segundo Monteiro Neto, o Brasil só cresce 5% de forma sustentável se elevar a taxa de investimento para 25% sobre o produto interno bruto (PIB). Para isso, ressaltou, é preciso esforço do setor público e a criação de ambiente institucional e de negócios que provoque o interesse do setor privado.

O empresário também considerou insuficientes as medidas de desoneração tributária iniciadas pelo governo.

– O Congresso precisa promover as reformas tributária e da Previdência, modificar a legislação trabalhista, instituir os marcos regulatórios que ainda estão indefinidos e pensar numa nova lei de defesa da concorrência. É uma agenda que vai além do PAC – acrescentou Monteiro.

## Indústria cobra gestão pública eficiente e menos impostos

Durante audiência na CI, o presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, afirmou que será um grande desafio para o governo acompanhar e viabilizar os investimentos listados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo Godoy, para atingir tal objetivo, é necessário melhorar as condições macroeconômicas, com a redução da carga tributária, o aumento da competitividade da indústria e o restabelecimento da capacidade de o poder público agir em áreas como na gestão do investimento.

– Esta Casa e esta comissão podem ajudar acompanhando, por exemplo, a meta (determinada no PAC) de aumentar a capacidade dos aeroportos para receber trinta milhões de passageiros até 2010 – opinou.

Godoy estimou que o Brasil precisa de investimentos anuais da ordem de R\$ 90 bilhões no setor de infra-estrutura. Atualmente, esse investimento chega a R\$ 70 bilhões, mas está concentrado no setor de energia. A diferença de investimentos em estradas, aeroportos, ferrovias e saneamento, por exemplo, é enorme, e isso afeta o crescimento.

## Audiências públicas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou vários requerimentos para realização de audiências públicas. O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, será convidado a debater o PAC e prestar informações sobre a extração mineral em Rondônia.

Também foi aprovado convite ao presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão, para também falar sobre o PAC. Outro requerimento acolhido convida o secretário de Transporte do Paraná, Rogério Walbach Tizzot, para debater as concessões de rodovias federais.

Um outro requerimento acatado pela comissão prevê audiência pública a respeito do projeto de desenvolvimento regional Brasil-Central, com a participação do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Alexandre Nogueira Rezende, e o diretor e autor do projeto Brasil-Central da ANTT, Gregório Rabelo.

Foi aprovada ainda pelos senadores da CI a realização de um seminário com representantes dos ministérios de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia, da Associação Brasileira de Energia Eólica e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).



Dilma Rousseff e Guido Mantega (D), além de Paulo Bernardo, vão ao Plenário explicar propostas



Presidente da CI, Marconi Perillo (D) acompanha audiência com Monteiro, da CNI, e Godoy, da Abdib

## Senadores querem reformas estruturantes

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), debatido em audiência na quinta-feira, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), foi avaliado como insuficiente para assegurar que a economia brasileira cresça em velocidade maior e de forma sustentada. O entendimento foi compartilhado tanto pelos representantes do setor privado

convidados quanto pelos senadores presentes, que formaram coro para cobrar do governo compromisso com amplo conjunto de reformas estruturantes, entre as quais a tributária, a trabalhista e uma nova revisão do sistema previdenciário.

– O PAC não pode representar uma anestesia em relação a temas tão importantes – disse Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da comissão.

Participaram da audiência os presidentes da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e

Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando de Queiroz Monteiro Neto.

Os parlamentares da oposição assinalaram que o PAC contém aspectos positivos, principalmente por voltar a oferecer ao país um plano estratégico e macroestruturante. A falta de planos com essa orientação, disseram, teria sido uma falha do presidente Lula em seu primeiro mandato.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) mostrou, porém, reduzida confiança nas medidas propostas. Fazendo referência ao plano estratégico do presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador disse que o PAC é um “Avança Brasil sem reformas”, sem propostas estruturantes.

Houve controvérsia sobre o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para financiar projetos de saneamento. O senador Francisco Dornelles

(PP-RJ) afirmou que o fundo impõe riscos aos recursos dos trabalhadores. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reforçou as críticas ao fundo e Valter Pereira (PMDB-MS) abordou a questão dos altos juros cobrados nas operações comerciais.

Ao senador Delcídio Amaral (PT-MS), que questionou sobre quais deveriam ser as prioridades de investimento no PAC, Monteiro assinalou que a área de investimento deve receber grande atenção. Já Eliseu Resende (PFL-MG) manifestou-se “cético” quando à competência gerencial do governo para conduzir a implementação do programa.

### PMDB apoia PAC, mas quer reduzir tributos

As propostas do PAC também foram discutidas pela bancada do PMDB na semana passada. Para o líder Valdir Raupp (RO), o Brasil só alcançará o crescimento de 5% se desonerar a carga tributária. Raupp ressaltou que a bancada do PMDB apoia o PAC e aprovará no Congresso todas as oito medidas provisórias que constituem o programa.

Os senadores do PMDB, entre eles José Sarney (AP), Jarbas Vasconcelos (PE), Roseana Sarney (MA) e Garibaldi Alves (RN) ouviram a apresentação feita pela consultora do Senado para Orçamento, a economista Maria Liz de Medeiros. Para ela, o PAC mudou o paradigma do modelo econômico do país porque deixou de cuidar da estabilidade de preços, já controlada, para se preocupar em alavancar o crescimento.



Valdir Raupp adverte que crescimento depende de redução da carga tributária



Delcídio Amaral interroga representantes da indústria sobre investimentos prioritários

CRESCIMENTO Ministro lança programa para educação, mas parlamentares dizem que governo não prioriza a área



Medidas apresentadas visam ampliar o acesso às escolas e melhorar a qualidade do ensino no Brasil

## Educação poderá ter R\$ 8 bilhões até 2010

O Programa de Desenvolvimento da Educação, apresentado pelo governo na segunda-feira passada, prevê um aumento de 0,4% a 0,5% do produto interno bruto (PIB) em investimentos nos próximos anos, além dos recursos previstos para o setor no Orçamento da União. O programa está sendo chamado de PAC da Educação, numa referência ao Programa de Aceleração do Crescimento, anunciado em janeiro.

A estimativa do ministro da Educação, Fernando Haddad, é de que sejam adicionados investimentos superiores a R\$ 8 bilhões até 2010 para colocar o programa em funcionamento.

Ele apresentou ao presidente Lula um conjunto de medidas para a área, que vão desde a alfabetização de jovens e adultos,

até a educação superior. O foco principal, segundo o ministro, é a educação básica.

Entre as medidas, Haddad destacou a criação de um sistema de acompanhamento e monitoramento de metas para a qualidade da educação, cujos indicadores servirão de base para a avaliação de parcerias e transferências voluntárias da União para estados e municípios.

As metas de qualidade para a educação serão definidas a partir de indicadores que vão combinar resultados obtidos no Censo Escolar e na Prova Brasil (exame que avalia a qualidade do ensino). Segundo o ministro, a idéia é avaliar se o indicador de desempenho de determinada localidade é baixo, por exemplo,

por falta de recursos ou por falta de apoio técnico.

Haddad explicou que serão feitas parcerias com os estados e municípios que se comprometeram com diretrizes que vão desde a escolha criteriosa dos diretores das escolas até o acompanhamento individualizado dos alunos que necessitem de reforço além da jornada regular.

Ele ressaltou que experiências bem-sucedidas identificadas em 200 cidades brasileiras com sistemas educacionais compatíveis com os de países desenvolvidos poderão ser universalizadas. O programa deverá ser apresentado nesta semana a educadores e especialistas. A expectativa do ministro é de que o plano seja anunciado formalmente até o início de abril.

## Senadores defendem prioridade para o setor

Cristovam Buarque (PDT-DF) se disse preocupado diante da pouca importância que a mídia e o próprio governo atribuíram ao chamado PAC da Educação. Ele lamentou que o pacote não tenha sensibilizado a opinião pública como o fez o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para ele, no Brasil, “a educação sempre entra pegando carona com a economia”.

Além disso, Cristovam acrescentou que as medidas não abordam a chamada “revolução educacional” da forma que o Brasil necessita. Ele criticou, por exemplo, o fato de o projeto deixar como responsabilidade dos prefeitos e dos governadores a educação de base, quando, em sua opinião, esta deveria ser uma responsabilidade da União.

– Falta uma Lei de Responsabilidade Educacional que obrigue a todos cumprirem as metas – cobrou o parlamentar.

Cristovam ainda protestou por ter sido concedida vista, na



Educação de base deveria ser responsabilidade da União, avalia Cristovam Buarque

Comissão de Educação (CE), a projeto (PLS 4/06) de sua autoria que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Entre as medidas propostas do projeto, estão a obrigatoriedade do atendimento médico e odontológico a estudantes e a avaliação do rendimento escolar na educação infantil. O pedido foi feito pelo senador Augusto Botelho (PT-RR), que alegou que a assessoria técnica do PT

precisava de tempo para avaliar o impacto da medida.

Em aparte, o senador Adelmir Santana (PFL-DF) disse que o PAC da Educação estava mais ligado à publicidade que à preocupação efetiva com as crianças brasileiras.

Já o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu o investimento na educação de qualidade como forma de o país reduzir, entre outras mazelas socioeconômicas, a criminalidade e a violência.

Mozarildo lembrou os números do Censo Educacional de 2006 e as notas obtidas nos exames realizados pelo Ministério da Educação, que, afirmou, evidenciam os problemas do sistema educacional brasileiro.

Para o senador, a má qualidade do ensino público fundamental é um dos principais entraves para a evolução da educação.

– Nesse ponto, o governo do presidente Lula nada fez em quatro anos – criticou.



MÁRCIA KALUME

Haddad ouvirá educadores antes do anúncio formal do programa

## Disparidade no ensino

Veja os investimentos em educação nos países avaliados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Países da OECD*	Gasto anual por aluno (em US\$) <sup>1</sup>
Suíça <sup>2</sup>	12.071
Estados Unidos	12.023
Noruega	10.105
Dinamarca	9.154
Áustria	9.063
Suécia	8.792
Itália <sup>2</sup>	7.963
Bélgica	7.831
França	7.807
Japão	7.789
Finlândia	7.578
Austrália	7.527
Holanda	7.501
Islândia	7.438
Reino Unido	7.376
Alemanha	7.368
Israel	6.436
Espanha	6.346
Irlanda	6.118
Nova Zelândia	5.963
Coréia do Sul	5.733
Portugal <sup>2</sup>	5.611
Grécia	4.686
Hungria <sup>2</sup>	4.427
República Tcheca	3.898
Polônia <sup>2</sup>	3.221
Chile <sup>4</sup>	2.876
Eslováquia	2.602
México	2.095
Rússia <sup>2</sup>	1.600
Turquia <sup>2</sup>	1.266
Brasil <sup>3</sup>	1.242

Fonte: OECD

\* Os dados sobre Luxemburgo não estão disponíveis  
<sup>1</sup> Levantamento feito em 2003  
<sup>2</sup> Apenas escolas públicas  
<sup>3</sup> Ano de referência 2002  
<sup>4</sup> Ano de referência 2004

## SENADO

## Projeto de Crivella muda investigação de paternidade

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) anunciou a apresentação de projeto destinado a tornar mais efetivo o reconhecimento de crianças sem pais conhecidos. O que ele propõe é aplicar a essa questão o princípio do ônus da prova, com isso obrigando o suposto progenitor, cujo nome tenha sido informado em juízo pela mãe, a fornecer prova de que não é o pai da criança.

Para justificar a iniciativa, Crivella disse que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, 25% das 3 milhões de crianças nascidas no país não tiveram pais declarados em seus registros. O senador explicou ainda que seu projeto também prevê penalidade para a mãe que prestar informação falsa sobre a paternidade.

## Serys destaca posição do Brasil em pesquisa sobre turismo

Serys Shessarenko (PT-MT) informou na última sexta-feira que o Brasil ficou em 59º no ranking da Competitividade de Viagem e Turismo, divulgado na semana passada pelo Fórum Econômico Mundial. A pesquisa avaliou 124 países e a senadora disse considerar positiva essa colocação intermediária, uma vez que, como lembrou, o país ainda não dispõe de condições ideais para receber turistas.

Fatores como infra-estrutura turística, facilidade de transportes, qualificação de mão-de-obra, limpeza das atrações e riquezas naturais e culturais dos países, frisou Serys, foram considerados pela pesquisa.

## Garibaldi critica ação contra CPI do Apagão Aéreo na Câmara

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) afirmou que a oposição sentiu-se tolhida no seu papel de fiscalização do Poder Executivo por ter sido impedida de criar a chamada CPI do Apagão Aéreo na Câmara dos Deputados.

– Durante a discussão a respeito da criação da CPI, aquelas prerrogativas concedidas à oposição para a criação da comissão não foram devidamente observadas – declarou Garibaldi.

O senador referiu-se à mobilização da base governista para suspender a instalação da CPI, cujo requerimento de criação já contava com 211 assinaturas (40 a mais do que o número necessário).

# Senadores criticam protecionismo de Bush

A visita do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Brasil, foi tema de pronunciamentos de senadores na última sexta-feira. Para José Maranhão (PMDB-PB), é importante lembrar que a nação norte-americana nunca levou muito a sério os interesses econômicos da América Latina e do Brasil em particular. Ele recordou a posição que os Estados Unidos e a União Européia têm mantido em relação aos subsídios dos seus produtos agrícolas que concorrem com os produtos agrícolas do Brasil.

Na opinião de Maranhão, o Brasil deveria dar mais atenção à criação de novas tecnologias para o aproveitamento de suas matérias-primas para produção de energia do que a política de aproximação diplomática americana. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a visita de Bush deveria servir para a discussão dos problemas políticos e econômicos e para uma flexibilização na postura das nações ricas com relação aos países em desenvolvimento.

A observação de Alvaro Dias foi feita, principalmente, em relação às barreiras e entraves comerciais impostos pelos Estados



Produção de etanol e biodiesel foi discutida na visita de Bush e Lula às instalações do terminal da Transpetro, subsidiária da Petrobras

Unidos aos produtos agropecuários brasileiros. O senador destacou, como exemplo, o imposto cobrado pelos Estados Unidos sobre o álcool anidro (etanol), de US\$ 0,54 por galão. Ele afirmou, no entanto, não acreditar que a presença de Bush no Brasil mude essa situação, pois, em sua avaliação, o presidente norte-americano não tem autoridade mundial suficiente para alterar a lógica dos países ricos com relação aos países pobres.

Para Serys Shessarenko (PT-MT), os países devem procurar

encontrar um entendimento sobre esses assuntos para o bem do planeta, destacando a questão do biocombustível.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse não compactuar com as duras críticas endereçadas ao presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em visita ao Brasil. E estranhou que poucas lideranças tenham se levantado para destacar a presença, em solo brasileiro, do presidente norte-americano, que, observou, representa a maior democracia e a maior economia do mundo.

## Governo prejudicou poupança, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou, na sexta-feira, a decisão do governo de reduzir a rentabilidade das cadernetas de poupança, por meio de mudança na variação da TR (Taxa Referencial), apurada a partir do rendimento dos CDBs (Certificados de Depósito Bancário) e dos RDBs (Recibos de Depósitos Bancários). Para o senador, tal decisão demonstra a opção do governo do presidente Lula pelos banqueiros, prejudicando titulares de 75 milhões de contas de poupança e de milhões de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A decisão foi tomada, segundo o senador, simplesmente

para evitar a migração de aplicadores dos fundos de renda fixa para a poupança, já que, com a queda dos juros, as cadernetas estavam oferecendo melhores rendimentos. A explicação do governo foi a de que, com a redução da aplicação nos fundos, os bancos estavam encontrando dificuldades para colocação de títulos públicos no mercado.

As críticas de Alvaro Dias foram feitas com base em editorial publicado na quinta-feira passada pelo jornal Folha de S. Paulo. O texto diz que “o governo pôs freio no rendimento da poupança e que a medida, que atende aos bancos, é pífia. O pequeno poupador continua



Alvaro Dias reprovou mudança na TR que reduz rentabilidade da poupança

discriminado”.

De cada R\$ 100 em depósitos nas cadernetas, as instituições financeiras são obrigadas a destinar R\$ 65 para o crédito imobiliário, pelas regras do Sistema Financeiro de Habitação. “Trata-se de uma restrição que impede os bancos de aumentarem ainda mais seus lucros multibilionários”, diz o editorial lido pelo senador.

## Zambiasi quer flexibilizar maioria penal

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu, na sexta-feira, a manutenção da maioria penal aos 18 anos, mas mostrou-se favorável à flexibilização dessa maioria para os jovens entre 16 e 18 anos que tenham cometido crimes graves, como prevê proposta apresentada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) – idéia defendida também pelo procurador de Justiça do Rio de Janeiro Marfan Vieira.

O senador lembrou a importância do aumento do período de internação para adolescentes que tenham cometido crimes hediondos e disse considerar a internação de três anos nesses casos inaceitável, por ser um período muito curto. Ele pediu endurecimento penal para crimes graves, como o latrocínio.

## Quintanilha anuncia debates sobre criminalidade em TO

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) anunciou, na última sexta-feira, a intenção de realizar audiências públicas em seu estado para discutir a questão da criminalidade. Ele pretende ouvir acadêmicos, advogados e juristas, entre outros, para colher subsídios e discutir no Senado assuntos afeitos ao tema, como a redução da maioria penal.

O senador destacou que um dos principais estímulos para a delinquência é a “frouxidão” das penas, já que a maioria dos criminosos cumpre um sexto da pena e obtêm a progressão. – Temos uma estrutura jurídica falha, com penitenciárias lotadas. Temos que cuidar da formação para não gastarmos dinheiro com a repressão – observou Quintanilha.

## PAC

### Paim anuncia projetos para RS

Paulo Paim (PT-RS) destacou em Plenário, na última sexta-feira, projetos incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) direcionados a seu estado. Entre esses, citou a duplicação das rodovias BRs 448 (Esteio-Sapucaia) e 386 (Tabaí-Estrela), além das obras do molhe e de dragagem do Porto de Rio Grande.

O senador disse ter ficado satisfeito que, no programa do governo, tenha sido adotado instrumento de proteção ao salário mínimo – embora não nos termos aprovados pela comissão mista da qual ele foi relator.

### Mesquita Júnior defende pesquisa

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticou a destinação de recursos para a Amazônia prevista no PAC apresentado pelo governo no final de janeiro deste ano. Ele afirmou que dos R\$ 51 bilhões que deverão ser investidos pelo programa na região, R\$ 39 bilhões serão utilizados para construção de hidroelétricas e estradas.

Na avaliação do senador, o PAC deveria prever maior volume de investimentos para a área de pesquisa técnica e científica voltada para a preservação da biodiversidade da Amazônia.

### Raupp pede atenção à questão energética

O ponto vulnerável para a execução das metas do PAC, editado pelo governo para levar o Brasil a crescer a taxas de 5% ao ano, é a geração de energia. E sem investimento em novas hidrelétricas e em fontes de energia como o gás natural, o Brasil corre risco de sofrer um novo racionamento. Essa é a opinião de Valdir Raupp (PMDB-RO).

– O calcanhar-de-aquiles está no abastecimento de energia elétrica – disse.

O senador lembrou o apagão de 2001 e o conseqüente racionamento de energia.

### Líder do governo, Jucá quer reformas

Convidado pelo presidente Lula para permanecer na função de líder do governo no Senado, que ocupava interinamente desde o ano passado, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que vai trabalhar duro para que o Senado aprove, ao longo dos próximos meses, três propostas consideradas por ele essenciais: as reformas política e trabalhista e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ele também enalteceu a escolha, pelo presidente Lula, da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) como líder do governo no Congresso.



## Voz do Leitor

## CRIME ORGANIZADO

“A ausência do poder público na vida do cidadão cria um poder paralelo nas organizações criminosas. O estado do Rio de Janeiro é um exemplo de onde isso ocorre. Quero expressar também minha crítica ao SPC e ao Serasa, que sujam o nome do contribuinte sem critério de avaliação.”

**Sérgio Augusto Dibner Maravalha, de Curitiba (PR)**

## VIOLÊNCIA

“Solicito que os senhores senadores e deputados se unam para acabar com a violência no Brasil. Em um caso recente de brutalidade uma criança foi arrastada pelos bandidos. Os marginais estão tomando conta. Suplico que criem uma lei mais severa.”

**Vanderlei da Silva, de Barra do Turvo (SP)**

## RIO SÃO FRANCISCO

“Parabenizo o Congresso Nacional por ter liberado a verba orçamentária destinada à transposição do Rio São Francisco. Será a maior riqueza que o Nordeste poderá obter para investir em seu crescimento. As indústrias e os agricultores se beneficiarão muito com tal transposição. Também parabenizo o STF pelas decisões que têm derrubado as liminares contra a transposição das águas.”

**Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)**

## DESARMAMENTO

“Gostaria que a mídia falasse na imensa dificuldade que há para uma pessoa cadastrar sua arma de fogo e da burocracia criada pelo Estatuto do Desarmamento e pela Polícia Federal. Caso estas exigências e valores não sejam revistos, teremos milhares de cidadãos fora da lei nos próximos anos”.

**Paulo Edegar, Gravataí (RS)**

## REFORMA POLÍTICA

“Enorme número de deputados, livre aumento dos próprios salários, trocas de partido, voto secreto, suplentes dos senadores, imunidade parlamentar, mensalão, gastos públicos exorbitantes com publicidade e assessores, falta de um controle externo para o Judiciário. Esses são alguns grandes sinais de que já é hora de se fazer uma reforma política séria!”

**Francisco Camillo, de Porto Alegre (RS)**

“Quero que seja aprovada a reforma política. Observei que sempre são os mesmos parlamentares, que estão até 20 anos na mesma função, com suas prioridades. Mas na verdade são atribuídos, a eles, milhares de votos sem que muitas vezes esses candidatos tenham condições de ser eficientes.”

**Paulo Rogério da Silva, de Porto Alegre (RS)**

## DISTRITO

“Como um lugar pode ser considerado distrito se não possui sequer saneamento básico e serviços essenciais, como saúde, transporte, educação e infraestrutura? Quero saber quais são as perspectivas de melhoria para a comunidade Distrito Malthador, no município de Ipirá (BA), e para o estado da Bahia este ano.”

**Humberto Carlos Oliveira, de Carvalho de Ipirá (BA)**

## SUGESTÃO

“Sugiro um projeto de lei para alterar a Resolução 73 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que estabelece critérios para a posição de inscrições, painéis decorativos e películas não refletivas nas áreas envidraçadas dos veículos, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro”

**Luciano Mota de Oliveira, de Itubiara (GO)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Pergunte ao Senador

## PROPOSTAS PARA SEGURANÇA

**Francisco Vagney Alves Mendes - Comunidade São José dos Cocos, Ipiranga do Piauí (PI)**

“Quais projetos na área de segurança pública estão em tramitação no Senado Federal?”

**O senador Demostenes Torres (PFL-GO) responde:**

Nós precisamos ter uma política nacional de segurança pública e as propostas em discussão são muitas. Temos projetos na área de educação em tempo integral para a prevenção da criminalidade e de desconstitucionalização das polícias civil e militar. O objetivo é permitir que os estados optem entre manter essas polícias separadas ou unificá-las. Temos projetos para agilizar o Poder Judiciário; para combater a corrupção nos mais diferentes níveis; projetos que visam melhorar as condições de cumprimento de pena e ainda propostas para tornar obrigatório o trabalho nos presídios. Outra medida que agora foi à sanção presidencial estabelece que os condenados por crimes hediondos só terão direito à progressão penal após o cumprimento de dois quintos de pena em regime fechado, em caso de réu primário, e depois do cumprimento de três quintos, se reincidente. Destaco ainda o projeto que reduz a maioria penal, que conta com todo o meu apoio.



## Agora é lei

## Recriação da Sudam e Sudene

As leis 124/07 e 125/07, que recriam a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), respectivamente, já estão em vigor. Os dois órgãos foram extintos em 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, após denúncias de desvio de verbas e corrupção.

De acordo com a Lei 125, a sede da Sudene será no Recife, em Pernambuco, e a instituição será vinculada ao Ministério da Integração Nacional, abrangendo todos os estados do Nordeste, além de municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Entre os instrumentos de ação da Sudene previstos na lei, estão: o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

O FDNE vai assegurar recursos para a realização de investimentos em infra-estrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos. A cada parcela de recursos liberada desse fundo, a lei determina que 1,5% seja destinado às atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional. Além de outras fontes, o FDNE será constituído por recursos do Tesouro Nacional.

A Lei 124, que recriou a Sudam, estabelece que a sede será em Belém, no Pará, e o órgão também será vinculado ao Ministério da Integração Nacional. Além de toda a região Norte, a área de atuação da Sudam abrange parte do Maranhão e de Mato Grosso.

## Frases

“Como ficarão todos os cristãos se Deus dá sorte para somente dois e o restante não tem chance alguma?”

Romeu Tuma, questionando os premiados em sorteios em loterias da Caixa, que teriam recebido “ajuda divina”.

“Infelizmente é inquestionável o preconceito que insiste em caracterizar a mulher como objeto sexual ou em depreciá-la no mercado profissional. É inadmissível que as mulheres continuem ganhando menos do que os homens ao exercerem as mesmas funções”

Renan Calheiros, no Dia Internacional da Mulher.

“A mulher brasileira ainda sofre por viver em uma sociedade que a considera objeto de cama e mesa”

Valter Pereira, após enumerar os obstáculos que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho e na política.

“Não podemos repetir os erros do Proálcool. Precisamos de um órgão regulador e de políticas públicas para preservar o meio ambiente”

Ideli Salvatti, alertando que não se deve desprezar os problemas ambientais e sociais decorrentes da expansão da cana-de-açúcar.

“Dêem a extradição! Lá, pega uma prisão perpétua ou pena de morte. Aqui, só num episódio de deslocamento foram-se R\$ 200 mil do contribuinte”

Gerson Camata, ao questionar a não-extradição do traficante Fernandinho Beira-Mar para os Estados Unidos.

“O Brasil só não é o Canto do Rio da economia da América Latina porque existe o Haiti”.

Mão Santa, ao comparar o desempenho econômico com o Canto do Rio, time carioca que ficava em último em competições da década de 1950.

“A promoção automática é uma forma de crime contra a educação e contra a própria criança, que é enganada”

Cristovam Buarque, criticando a aprovação automática de alunos de um ano letivo para outro, sem avaliação de desempenho.

## Foto da Semana

O Dia Internacional da Mulher foi novamente festejado no Plenário do Senado. Dessa vez, além dos discursos, as senadoras foram homenageadas com uma chuva de pétalas de rosas. Mas a realidade ainda é cruel para muitas mulheres, que são submetidas a situações de humilhação, como nos casos de violência doméstica e familiar, ou quando, realizando os mesmos serviços que os homens, recebem salários bem inferiores



JOSE CRUZ

# Rádio discute o mercado de etanol

O mercado de etanol, álcool combustível obtido pela fermentação de substâncias presentes, por exemplo, na cana-de-açúcar, e seu potencial serão os temas do programa Conexão Senado desta segunda-feira, ao meio-dia, pela Rádio Senado.

A primeira conversa oficial sobre o assunto aconteceu no encontro entre os presidentes dos Estados Unidos, George W. Bush, e Luiz Inácio Lula da Silva na última sexta-feira. Ali, ficou clara a disposição de ambos em expandir a produção e consumo de etanol e biodiesel para reduzir a dependência de combustíveis

fósseis, como gasolina e óleo diesel, provenientes do petróleo.

## Inclusão mostra atenção ao paciente judiciário

O programa Inclusão da TV Senado apresenta reportagem especial sobre um projeto pioneiro de atenção ao paciente judiciário, desenvolvido em Belo Horizonte. Denominado PAI-PJ, o projeto é voltado ao tratamento do doente mental que cometeu algum crime e, no lugar de choque e da ameaça, o acompanhamento clínico é baseado em tolerância e justiça.

A reportagem lembra o caso de João Acácio Pereira da Costa, o



VALTER CAMPANATO/ABR

**Cortador de cana-de-açúcar em Rubiataba (GO): interesse dos EUA por álcool combustível amplia horizontes para produção nacional**

“bandido de luz vermelha”, que era doente mental e foi assassinado quatro meses após deixar a prisão, onde passou 30 anos sem nenhum acompanhamento. Os pacientes atendidos pelo PAI-PJ são retirados da clausura

das cadeias e dos manicômios judiciários e são assistidos por uma equipe multidisciplinar da saúde mental e da Justiça.

O programa Inclusão vai ao ar no sábado, às 11h30 e 22h30, e no domingo, às 9h e 16h30.

### TV Senado

#### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

#### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

#### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

#### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

#### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

#### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

#### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

### Como sintonizar

#### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

#### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

#### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

#### UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### Rádio Senado

#### TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

#### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

#### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

#### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

#### SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

#### SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

#### TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

#### QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

#### QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

#### SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

#### SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

#### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

### Como sintonizar

#### FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

#### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

#### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

#### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## SENADO

## TV Senado chega a mais três capitais esta semana

Três novos canais abertos vão transmitir a TV Senado a partir desta quarta-feira: o canal 40 de João Pessoa, o 55 do Recife e o 57 de Manaus.

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e o 1º Secretário, Efraim Morais, inauguram os canais, às 12h, em solenidade no Salão Nobre. As novas retransmissoras consolidam o projeto de expansão da Rede Senado de Televisão em sinal aberto iniciado no ano passado.

Os novos canais já estão operando em caráter experimental, passando a alcançar um público

estimado de 6,5 milhões brasileiros nas três capitais. No final do ano passado, foi inaugurado o canal 53, em Salvador. Em Brasília, a TV Senado já operava em sinal aberto no canal 51/UHF, totalizando cinco capitais.

Outras 11 novas retransmissoras devem ser inauguradas em breve: canal 43 em Fortaleza, canais 49 e 64 no Rio de Janeiro, canal 21 em Goiânia, canal 44 em Belém, canal 13 em Boa Vista, canal 55 em Cuiabá, canal 35 em Maceió, canal 52 em Natal, canal 34 em Campo Grande e canal 36 no Gama (DF).

## RESENHA

## Roberto Simonsen, senador, empresário e pensador

Diz-se que os olhos azuis e a elegância britânica de Roberto Cochrane Simonsen conquistavam todas as mulheres de seu tempo. Também se afirma que suas idéias econômicas conseguiram vencer até as barreiras ideológicas dos opositores.



REPRODUÇÃO

como pensador. Em 1928, reunido a outros donos de indústria, formou o Centro das Indústrias de São Paulo (Ciesp).

Sua participação na Revolução Constitucionalista de 1932 teve como consequência dois

anos de exílio na Argentina. A partir de intermináveis reuniões no Ciesp, após sua volta, surgiram programas fundamentais como o de substituição das importações. Simonsen ocupou ainda a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 1935, e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em 1937. Em 1947, foi candidato pelo Partido Social Democrático a senador por São Paulo. Eleito, ocupou o cargo por pouco mais de um ano. Morreu, vítima de infarto enquanto discursava na Academia Brasileira de Letras, em 1948.

Oswald de Andrade escreveu, por ocasião do falecimento de Simonsen, que o Brasil seria “não só o país de sobremesa que éramos – produzindo frutas, açúcar e café –, mas também a própria sobremesa dos banquetes imperialistas”.

anos de exílio na Argentina. A partir de intermináveis reuniões no Ciesp, após sua volta, surgiram programas fundamentais como o de substituição das importações. Simonsen ocupou ainda a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 1935, e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em 1937. Em 1947, foi candidato pelo Partido Social Democrático a senador por São Paulo. Eleito, ocupou o cargo por pouco mais de um ano. Morreu, vítima de infarto enquanto discursava na Academia Brasileira de Letras, em 1948.

Oswald de Andrade escreveu, por ocasião do falecimento de Simonsen, que o Brasil seria “não só o país de sobremesa que éramos – produzindo frutas, açúcar e café –, mas também a própria sobremesa dos banquetes imperialistas”.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. Os livros integram a série Edições do Senado Federal. A verdade como regra das ações pode ser adquirida por R\$ 10; A base física do espírito e O mundo interior, R\$ 20 cada. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

# Interlegis renova convênio com BID

O programa de integração dos legislativos brasileiros, que conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Senado, foi renovado na semana passada, em solenidade com a presença do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, do diretor-executivo do BID, Rogério Studart, e de representantes de secretarias e órgãos do Senado envolvidos com o programa Interlegis – Comunidade Virtual

do Poder Legislativo.

O convênio tem o valor de US\$ 64 milhões, em regime de contrapartida de 50% pelo Senado. Na opinião de Studart, o projeto de integração do Legislativo brasileiro apresenta características relacionadas à meta do BID, isto é, fortalecer a economia, a democracia e a integração dos países da América Latina e Caribe.

O diretor-geral do Senado disse que, nessa segunda fase do projeto, serão formados os

denominados municípios-pólo, nos quais serão instaladas escolas de inclusão digital, utilizando os computadores financiados pelo BID. O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Weiller Diniz, destacou que a TV Senado poderá inserir uma faixa de programação, em sua grade, para apresentar os produtos desenvolvidos pelo programa Interlegis, atualmente disponíveis apenas pela internet rápida (banda larga).

## Aula inaugural abre o ano letivo do ILB e da Unilegis

Os órgãos que integram o sistema educacional do Senado constituem o melhor exemplo de como a instituição pode servir à sociedade como espaço de aprimoramento técnico-profissional, reflexão e debate de idéias. A afirmação foi feita pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais, na abertura do ano letivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

A solenidade foi realizada na última quarta-feira, no auditório do Programa Interlegis.

Na ocasião, o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, adiantou planos para a futura inclusão da TV Senado na rede de cursos a distância.

A abertura do ano legislativo contou com palestra do professor da Universidade de Lisboa e da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) Celestino Secco, ex-deputado estadual catarinense, que apresentou idéias para um projeto destinado a aproximar, por meio de uma rede de “escolas legislativas”, o Poder Legislativo da sociedade.



Foi lançado na última quarta-feira, no Senado, o livro *Do regime militar ao mensalão - minhas lutas pela dignidade humana*, coletânea de discursos do senador Pedro Simon (PMDB-RS), com apresentação e pesquisa realizadas pelo escritor Lourenço Cazarré e pelo físico Jorge Schelb. Participaram do lançamento, no Salão Negro do Congresso, ao lado do presidente do Senado, Renan Calheiros, o ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau e o ex-deputado e ex-ministro Odacir Klein, além de senadores, deputados, outras autoridades e convidados. Na ocasião, Renan disse que Simon é referência para os políticos e um “tribuno respeitado que amedronta os adversários”, tendo como principal meio de ação a palavra. Em discurso de agradecimento, Simon afirmou que seus 25 anos dentro do Senado podem ser considerados “uma vida” e que, apesar de o Brasil viver uma “situação difícil e dramática”, ainda acredita que o país “vai encontrar seu caminho”.

## Encontro visa aproximar vereadores e Senado

O programa Interlegis promoverá, nesta quarta-feira, a partir das 9h30, o encontro dos representantes das associações e uniões de vereadores com o 1º secretário do Senado, Efraim Morais, que também é diretor nacional do programa.

Mais de 20 entidades participarão do encontro, que tem por objetivo estabelecer um diálogo mais estreito com o Senado, principalmente para debater matérias de interesse dos municípios, segundo informou o presidente da Associação dos Vereadores e Câmaras Municipais do Estado do Rio de Janeiro (Avecmerj), Luís Mário dos Santos.

Às 11h será inaugurado o Espaço do Parlamentar, no hall de entrada do Interlegis. O lugar terá toda a infraestrutura necessária para servir de gabinete para os vereadores poderem desempenhar suas funções quando estiverem no Congresso.

Estão programados cursos do presidente do Senado, Renan Calheiros, de Efraim Morais, do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e de um representante dos vereadores.

O programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo –, lançado em 1997, é uma iniciativa de inclusão digital e consiste na capacitação das assembleias legislativas do país com

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Casamento: atenção na escolha do regime de bens

Na hora de casar, do ponto de vista legal, a decisão mais importante é a escolha do regime de bens, que é a maneira como o patrimônio e as dívidas do casal serão administrados, ou divididos, em caso de separação ou morte.

Para decidir corretamente, é essencial conhecer os regimes, levar em conta o patrimônio atual dos noivos, projetar situações futuras e, principalmente, que ambos concordem que o regime escolhido atende às expectativas do casal. Veja nesta segunda edição do *Especial Cidadania* sobre casamento como fica a questão financeira e quais são os regimes de bens previstos pela lei.

## Complicado é conseguir mudar as regras depois

Os noivos podem definir a maneira como ficarão os bens e dívidas que eles tiverem antes do casamento e os que forem adquiridos depois, escolhendo um dos regimes de bens definidos pelo Código Civil ou quaisquer outras regras que desejarem.

Os regimes do código são: comunhão parcial, comunhão universal, separação total e participação final nos aquestos. O primeiro é o mais comum e vale para qualquer casamento em que os noivos não tenham definido um regime específico.

Para adotar outro regime que não seja o da comunhão parcial, é preciso fazer e registrar em cartório um documento chamado "pacto antenupcial" antes que o casamento seja celebrado. Qualquer que seja o regime, tanto o marido quanto a mulher têm liberdade para comprar, vender

e praticar os atos necessários ao desempenho de sua profissão.

Qualquer um dos cônjuges também pode, mesmo sem autorização do outro, comprar coisas necessárias à vida em comum (alimentação, vestuário, eletrodomésticos, móveis etc.), inclusive usando empréstimo ou compra a crédito. Importante saber que os dois são responsáveis por essas dívidas.

Exceto no regime de separação de bens, nenhum cônjuge pode, sem autorização do outro, negociar, doar, alienar ou hipotecar os imóveis do casal ou avalizar e prestar fiança.

Quando um dos cônjuges não puder, cabe ao outro administrar todos os bens. Fica então responsável por eles, como usufrutuário (se forem bens comuns), procurador (se tiver procuração) ou depositário, se não for usufrutuário nem administrador.

**Casal escolhe como bens e dívidas serão administrados ou repartidos**

## Ex-cônjuge deve pagar pensão ao outro em caso de necessidade

Um ex-cônjuge ou ex-companheiro pode pedir ao outro pensão alimentícia em caso de necessidade. Na separação judicial, quem estabelece a pensão é o juiz, que deve levar em conta as necessidades daquele que pede pensão e os recursos do cônjuge que deve pagar.

Pedida a pensão, o outro é obrigado a pagar, desde que tenha sido declarado culpado na ação de separação judicial.

Por outro lado, se o cônjuge considerado culpado passar por

necessidades, sem parentes para ajudá-lo ou condições de trabalhar, seu ex-cônjuge poderá ser obrigado pelo juiz a pagar uma pensão suficiente para a sua sobrevivência.

O que recebe a pensão não pode renunciar a ela, cedê-la ou penhorá-la. O direito à pensão acaba se o ex-marido ou a ex-mulher beneficiados casarem, ou viverem em união estável ou concubinato. Já a obrigação de pagar pensão não termina se o devedor se casar de novo.



Juíza celebra casamentos em cartório brasileiro: noivos têm quatro opções de regime de bens

### COMUNHÃO PARCIAL

Neste regime, todos os bens e dívidas que o casal vier a adquirir pertencem a ambos, exceto:

- ▶ as dívidas e bens que cada um tinha antes de casar;
- ▶ os bens recebidos depois do casamento por doação ou herança e os comprados com recursos da venda deles;
- ▶ as dívidas de origem ilícita ou criminosa (exceto se ambos participaram do ato ilícito ou criminoso);
- ▶ os bens de uso pessoal, os livros e equipamentos profissio-



nais e o salário de cada um; pensões, meios-soldos, montepios (fundos de assistência).

Se o casal ou um dos cônjuges fizer benfeitorias nos bens particulares do outro, elas pertencem aos dois. Assim também a renda proveniente desses bens que tenha sido recebida durante o casamento ou por alguma razão estiver pendente no momento da separação.

A administração do patrimônio do casal pode ser feita por

qualquer um dos cônjuges. E os dois respondem pelas dívidas, inclusive com seus bens particulares, se ambos se beneficiaram dela.

Se um cônjuge fez uma dívida para comprar um carro, por exemplo, e o outro fez uso dele, tanto os bens comuns como os particulares dos dois podem ser penhorados para quitá-la.

A administração de bens particulares e a responsabilidade pelas dívidas relacionadas a eles cabem apenas ao cônjuge proprietário e não comprometem os bens comuns.

### COMUNHÃO UNIVERSAL

Neste caso, todos os bens de ambos os cônjuges existentes na data do casamento e os bens e dívidas que vierem a existir no futuro pertencem aos dois, exceto:

- ▶ os bens recebidos em doação ou herdados com cláusula de incomunicabilidade e aqueles que forem comprados com o recurso da sua venda;

as dívidas anteriores ao casamento, exceto se vierem de despesas com a sua realização ou para benefício dos dois;

as doações antes do casamento feitas por um dos cônjuges ao outro com cláusula de incomunicabilidade;



os bens de uso pessoal, os livros e instrumentos profissionais;

o salário de cada um; pensões, meios-soldos, montepios.

Extinto o casamento e efetuada a divisão de bens e dívidas, acaba a responsabilidade de cada um dos cônjuges pelos débitos do outro.

### PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

Menos conhecido, este regime prevê que cada cônjuge possua um patrimônio próprio, cuja administração é exclusiva de cada um. Os bens são de propriedade do cônjuge em nome do qual estão registrados. Já os bens em nome dos dois pertencem a



cada um proporcionalmente à sua contribuição para a compra. Também as dívidas não são partilhadas, exceto se ambos foram beneficiados por elas.

Terminado o casamento, marido e mulher têm direito à metade dos bens adquiridos com a renda

do trabalho do casal, excluídos os patrimônios particulares, que são formados:

- ▶ pelos bens anteriores ao casamento e pelos comprados com recursos da sua venda;
- ▶ pelos bens recebidos por doação ou herança; e
- ▶ pelas dívidas relativas a esses bens.

### SEPARAÇÃO DE BENS

É obrigatório o regime de separação total de bens no casamento:

- ▶ das pessoas que casarem mesmo estando impedidas (ver matéria "Não podem casar" da semana passada - edição 159 do *Especial Cidadania*);

da pessoa maior de 60 anos;

de todos os que dependerem, para casar, de ordem judicial (menores e incapazes).

Neste regime, os bens são administrados



exclusivamente pelo proprietário, mas marido e mulher são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos do seu trabalho e dos seus bens.

Ilustrações: Cirilo Quartim

## Na união estável, obrigações iguais às dos casados

A lei reconhece a união estável entre o homem e a mulher desde que seja uma convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de formar uma família.

É declarada união estável inclusive a convivência de pessoas ainda casadas, desde que estejam separadas de fato ou judicialmente, e a união de pessoas

impedidas de casar, nos casos em que o impedimento possa ser resolvido (ver matéria "Não podem casar" da edição 159 do *Especial Cidadania*).

Os deveres dos companheiros são os mesmos dos casados: lealdade, respeito e assistência mútua, guarda, sustento e educação dos filhos.

O regime de bens é o da comu-

nhão parcial, exceto se os companheiros tiverem um contrato escrito com outras regras.

É possível converter a união estável em casamento, por meio de um pedido ao juiz e consequente registro em cartório.

Já a convivência das pessoas impedidas de casar por serem parentes é considerada concubinato.